

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 31 de dezembro de 2014 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 816,7 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Concepa

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS, nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Porto Alegre – Guaíba). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Econorte

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 1 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está

previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

Ecovale

A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás, nos termos do Contrato de Concessão Edital nº 004/2013 Parte VII. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito"), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba") e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Tibagi") prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) *Geração de energia elétrica*

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. ("Rio Verde") tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético

denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MWh na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da UHE Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço médio de R\$130,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

A partir do último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2014, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “*due diligence*” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a Companhia continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. ("Rio Canoas") tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi ("UHE Garibaldi"), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão.

Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010. O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011.

Os investimentos incorridos para colocar a Usina em operação foram de aproximadamente R\$ 1.096.944. Os recursos necessários para a implantação foram captados através de financiamento juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio.

Em 6 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC). Em 05 de junho de 2012 foi autorizada a concessão de colaboração financeira, destinada à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em 10 de julho de 2012, o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1. Em 23 de agosto de 2012 foi recebido do BNDES o primeiro desembolso no montante de R\$ 270.000 e durante o ano de 2013 o montante de R\$ 81.000, durante o exercício de 2014 o montante de R\$ 915.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 24 de setembro de 2013 e recebeu autorização para operar em plena capacidade, com três unidades geradoras, em 12 de dezembro de 2013, com capacidade total instalada de 191,9 MW e garantia física de 83,1 MWm conforme autorização da ANEEL, através do despacho nº 3.218 da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração – SFG.

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

Em 20 de dezembro de 2012, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 8040/2012 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, referente a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV – UHE Garibaldi, com validade por um prazo de 36 meses.

Pelo cronograma da ANEEL, a usina deveria entrar em operação em 01 de janeiro de 2015, sendo que a partir desta data 70% da energia já está vendida a R\$107,98 (R\$128,97 atualizados) pelos 30 anos de concessão. Com a antecipação, a Rio Canoas passa a ter a possibilidade de vender 100% da energia gerada durante os 15 meses antecipados.

À partir do último trimestre de 2012, a Administração da Triunfo, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Canoas assim como a controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Tijoá

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (“Tijoá”) tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Três Irmãos é a maior usina construída no Rio Tietê e está localizada entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto, no estado de São Paulo, a 28 km da confluência com o Rio Paraná. Possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

Sua barragem tem 3.640 m de comprimento e seu reservatório mede 785 km² e possui duas eclusas para navegação.

O primeiro termo de concessão encerrou em novembro de 2011 e, com o advento da MP nº 579/12, depois convertida na Lei nº 12.783/13, que ofereceu à CESP – Cia Energética de São Paulo, então concessionário da usina, a possibilidade de antecipação da renovação da concessão, além de estabelecer condições específicas para a antecipação dessas renovações. Em dezembro de 2012 os acionistas da CESP decidiram pela não renovação da concessão e a UHE Três Irmãos foi relicitada.

Assim a UHE Três Irmãos foi a primeira a ser leiloada nos termos da Lei nº 12.783/13.

O leilão ocorreu em 28 de março de 2014 e a proposta vencedora foi apresentada pelo Consórcio Novo Oriente, composto por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49,9%) e pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinopla (50,1%).

Para assinatura do contrato de concessão foi alterado o Estatuto Social da Tijoá para que essa se tornasse a Sociedade de Propósito Específico (SPE) para assinatura do contrato de concessão.

Em 10 de setembro de 2014 a Tijoá assinou o Contrato de Concessão nº 003/2014-MME-UHE Três Irmãos, e, após um mês de operação assistida, assumiu a operação da usina.

Em agosto de 2014, a Triunfo concluiu a aquisição de 100% das quotas do FIP Constantinopla e, portanto, passou a deter a participação indireta de 50,1% na Tijoá.

Adicionalmente, em 22 de outubro de 2014 foi firmado com o DNIT o Contrato de Operação e Manutenção das Eclusas e de Operação do Canal de Pereira Barreto, para permitir continuidade da navegabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná.

Outros

Em 31 de dezembro de 2014, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 10.068.

iv) *Administração de portos*

Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. A câmara possui capacidade para estocar 16 mil toneladas de carga congelada.

Vetria

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento devido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 5 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites.

Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita, correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob a posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia e o saldo foi liquidado no primeiro trimestre de 2012. Como efeito dessa transação, a Companhia registrou um ágio em transações de capital no montante de R\$12.091 diretamente no seu patrimônio líquido, na rubrica de “Reserva de capital”.

Em 19 de dezembro de 2011, a Companhia juntamente com a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”) e com os acionistas da Vetorial Participações S.A. (“Vetorial”) celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica (“Associação”), por meio de uma sociedade denominada Vetria Mineração S.A. (“Vetria”), para criar um sistema integrado mina-logística-porto. Esse contrato possuía a interveniência e anuência das controladas Santa Rita e TPB e da Vetorial Mineração S.A. e previa uma série de condições suspensivas a serem cumpridas para efetiva constituição da Vetria.

Em 3 de dezembro de 2012, verificou-se o cumprimento de tais condições suspensivas, de modo que as partes convencionaram constituir a Vetria utilizando como veículo a Santa Rita. Primeiramente, houve a transformação dessa sociedade para Vetria Mineração S.A. e aporte, pela Triunfo, no montante de R\$15.000, em três parcelas mensais subsequentes à associação. Em seguida, ocorreu a entrada dos sócios ALL, através da compra de participação, e da Vetorial, através do aporte do ativo minerário, que aumentou o valor do patrimônio líquido da Vetria para R\$3.837.465. O ativo minerário aportado foi registrado a valor justo, com base em laudo elaborado por especialista contratado, e refletia a expectativa de rentabilidade futura do negócio. Como resultado, o capital

social total e votante da Vetria encontra-se atualmente distribuído da seguinte forma:

Acionista	Participação (%)
ALL	50,38%
Triunfo	15,79%
Vetorial Participações	33,83%
Total	100,00%

Como efeito da entrada dos novos sócios, a Triunfo passou a deter 15,79% e reconheceu um ganho de capital na variação de participação no montante de R\$518.376 diretamente no resultado do exercício, revertendo o ágio registrado na conta de reserva de capital no montante de R\$12.091 e impactando a rubrica de “Reserva de lucros a realizar” no montante de R\$480.971 e a rubrica de “Reserva legal” no montante de R\$25.314. A partir de dezembro de 2012, a Vetria deixou de ser controlada e passou a ser classificada como controlada em conjunto da Triunfo. O investimento está sendo reconhecido pelo método de equivalência patrimonial conforme determina o CPC 18 (R2).

O projeto da Vetria consiste na exploração e beneficiamento de ativos minerários localizados no Maciço de Urucum, em Corumbá-MS, transporte logístico ferroviário do minério até Santos–SP e exportação do produto através de um terminal portuário privado localizado no mesmo município.

Em 10 de dezembro de 2014, como determinadas condições previstas no Contrato de Associação não foram atendidas dentro do prazo estipulado no referido contrato, e, ainda, considerando as condições de mercado e perspectivas atuais, especialmente no que diz respeito aos níveis de preço praticados para o minério de ferro, os acionistas do projeto decidiram encerrar o Contrato de Associação.

Em razão da resolução supracitada, as partes se comprometeram conforme previsto no referido Contrato, a adotar os atos e medidas para restituição de cada acionista ao respectivo *status quo ante* (operacional e financeiro) em relação ao Contrato de Associação.

Para tanto, as Partes deverão realizar todos os atos necessários a fim de que sejam implementados os passos abaixo indicados:

- (i) Passo 1 - Aquisição de direitos relacionados a investimentos realizados em ativos operacionais da Vetorial Mineração e da TPB.
- (ii) Passo 2 - Pagamento de todas as dívidas financeiras.
- (iii) Passo 3 - Cisão Total.

Adicionalmente, os contratos (i) de Arrendamento de Direitos Minerários e Outras Avenças firmado entre a Vetria (por meio de sua subsidiária Vetorial Mineração S.A.) e a MMX Corumbá Mineração S.A e (ii) de Opção de Compra de Ações firmado entre a Vetria e a MMX Mineração e Metálicos S.A foram integralmente cedidos para a Vetorial Siderurgia Ltda., conforme autorizado por ambos contratos.

Como efeito da descontinuidade da Associação, a Vetria reconheceu em 31 de dezembro de 2014 impairment de seus ativos. Na Companhia foi registrado um efeito negativo no montante de R\$614.752 no resultado do exercício, sendo no consolidado o efeito de R\$ 597.541 registrados sob a rubrica de outras despesas e R\$ 17.210 sob a rubrica de resultado de equivalência patrimonial.

Após apuração do resultado do exercício foi revertido o montante de R\$480.971 registrado na rubrica de “Reserva de lucros a realizar” que havia sido constituída em dezembro de 2012 decorrente de uma transação de ganho de capital ocorrida também na Vetria.

Portonaus

Em 24 de janeiro de 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a “Cruzeiro do Sul”) o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m² na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 31 de dezembro de 2014, foi liquidado o montante de R\$13.250, estando o pagamento do saldo remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, sendo a obrigação registrada na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante.

v) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A., assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 22,95%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, que possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente a R\$3.821.010, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Em 11 de julho de 2012 a ANAC, por meio de publicação realizada no Diário Oficial da União, autorizou a controlada em conjunto a iniciar a fase I do contrato de concessão de aeroportos nº 003/ANAC/2012.

Em 31 de agosto de 2012 a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) emitiu a licença ambiental de instalação sob o número 2.126, para a controlada em conjunto. A licença de instalação permite que a concessionária inicie os investimentos previstos no contrato de concessão. As obras foram iniciadas no mês de setembro de 2012, três meses antes do previsto no cronograma da licitação, com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões de passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente, dentro de 22 meses.

Em 14 de novembro de 2012 iniciou-se o último estágio de transição do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, com a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passando a responder pela operação do complexo. Durante noventa dias, a Infraero acompanhou as atividades assumidas pela controlada em conjunto, restando os esclarecimentos e informações necessárias para garantir a continuidade da operação. Todas as receitas e custos incidentes sobre as atividades do aeroporto passam a ser de responsabilidade da controlada em conjunto.

Em 14 de fevereiro de 2013 encerrou-se o último estágio de transição entre a iniciativa pública e privada da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. A partir desta data a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. passou a responder integralmente pela operação do complexo.

A concessionária passou a ser responsável por todas as atividades funcionais do aeroporto, como a gestão de recursos humanos, programas de segurança e vigilância, operação e manutenção do sítio aeroportuário, operação administrativa e comercial, além de conduzir a interação e comunicação com os demais envolvidos no dia a dia de Viracopos, como usuários, lojistas e agentes governamentais.

Em 15 de julho de 2014, a Aeroportos Brasil Viracopos apresentou à ANAC revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão. Em 28 de julho de 2014, a investida recebeu auto de infração da ANAC, sem imputar valores, em que o regulador apresenta o resultado de sua inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Aeroportos Brasil Viracopos apresentou sua defesa em 18 de agosto de 2014, que está sob análise da ANAC. Até a data de elaboração dessas demonstrações financeiras, nenhuma penalidade foi imposta à investida.

Em 14 de outubro de 2014 a concessionária Aeroportos Brasil iniciou a operação dos voos comerciais no Novo Terminal de Passageiros. A quantidade de voos internacionais por semana passou de 7 para 38 em dezembro. As obras da primeira fase de ampliação do aeroporto finalizaram em dezembro de 2014 e a transferência dos voos do antigo para o novo terminal ocorrerá de forma gradual até final do segundo trimestre de 2015.

b) Eventos relevantes ocorridos em 2014

i) *Aeroportos Brasil Viracopos – Aprovação financiamento BNDES*

Em 02 de janeiro de 2014 a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos obteve aprovação de R\$ 1,5 bilhão de financiamento de longo prazo do BNDES. Os recursos serão utilizados para pagamento do empréstimo ponte de R\$ 1,2 bilhão e para dar continuidade às obras de implantação da primeira fase de expansão do Aeroporto de Viracopos.

ii) *Triunfo – 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais*

Em 21 de janeiro de 2014 a Triunfo captou R\$ 260 milhões através da 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476. Os recursos captados foram utilizados para a integralização do capital social obrigatório da controlada Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A..

iii) *Concebra – Assinatura do Contrato de Concessão*

Em 31 de janeiro de 2014 a controlada CONCEBRA – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil (“Concessionária”), assinou com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o contrato de concessão para administrar e operar a concessão rodoviária das BRs 060, 153 e 262, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

iv) *Triunfo – Alteração nos covenants das dívidas*

Em 27 de fevereiro de 2014, a Companhia renegociou as cláusulas contratuais (“Covenants”) junto aos credores da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional da Companhia (“4ª Emissão”).

A aprovação se deu em quórum superior a 90% dos detentores tanto da 1ª Série quanto da 2ª Série da 4ª Emissão de Debêntures.

Em contrapartida às alterações, a Emissora pagará prêmio de 0,65% sobre o saldo devedor de 11 de março de 2014 das Debêntures da 1ª Série da 4ª Emissão e alterará os juros remuneratórios das debêntures da 2ª Série para 8,50% ao ano, incidentes sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a partir de 15 de março de 2014.

v) *Concepa - Aditivo ao Contrato de Concessão*

A investida Concepa, em 16 de abril de 2014, assinou junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”, “Poder Concedente”), o 13º Aditivo ao Contrato de Concessão. O aditivo totaliza cerca de R\$244,1 milhões a valores atuais.

O Contrato será reequilibrado pelo Fluxo de Caixa Marginal, considerando uma taxa interna de retorno (TIR) real e do projeto de 8,01% bem como a indenização dos investimentos feitos. Além disso, a

Concepa fará jus ao recebimento de uma taxa de administração de 7,66% para os investimentos em Capex e 6,24% para os investimentos indiretos.

O aditivo prevê a execução da 4ª pista da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

vi) *TPI Log – Possibilidade de aquisição de área*

Em 1 de abril de 2014, por meio de fato relevante, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, por meio de sua subsidiária TPI-Log S.A. e em parceria com a LOGZ Logística Brasil S.A. ("LOGZ"), celebrou acordo visando à aquisição de terreno com a finalidade de desenvolvimento de um novo projeto portuário na cidade de Paranaguá/PR. A TPI-Log S.A. e a LOGZ terão participação de 50% cada.

A aquisição e a parceria com a LOGZ foram aprovadas pelas autoridades concorrenciais (Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE), mas estão sujeitas a determinadas condições, que podem ou não se concretizar, incluindo a obtenção de licenças e celebração de documentos definitivos.

vii) *Concer - Aditivo ao Contrato de Concessão*

A investida Concer, em 13 de maio de 2014, assinou junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT", "Poder Concedente"), o 12º Aditivo ao Contrato de Concessão. O aditivo totaliza cerca de R\$1.162,5 milhões a valores atuais.

O Contrato será reequilibrado pelo Fluxo de Caixa Marginal, considerando uma taxa interna de retorno (TIR) real e do projeto de 8,01% bem como a indenização dos investimentos feitos. Além disso, a Concer fará jus ao recebimento de uma taxa de administração de 10,12% para os investimentos em Capex e 6,24% para os investimentos indiretos.

O aditivo prevê a execução das obras para a nova subida da serra na BR-040 iniciando no km 102, em Xerém, além da mudança da praça de pedágio do Km 104 para o Km 102. O projeto contempla o maior túnel rodoviário do Brasil, com quase 5 km de extensão.

viii) *Triunfo – UHE Três Irmãos*

Em 18 de junho de 2014, a Companhia realizou uma proposta vinculante para aquisição de 100% das quotas do Fundo de Investimento em Participações Constantinopla ("FIP Constantinopla"), sujeita a condições precedentes.

O objeto principal do FIP Constantinopla é o desenvolvimento da parceria com Furnas – Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") na atuação da prestação de serviços de operação e manutenção na Usina de Três Irmãos cujo leilão foi vencido pelo Consórcio Novo Oriente.

O CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou a aquisição em 29 de julho de 2014.

Em 26 de agosto de 2014 a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas do Fundo de Investimento em Participações Constantinopla pelo valor de R\$6,0 milhões.

O FIP Constantinopla em parceria com Furnas – Centrais Elétricas S.A. sagrou-se vencedor do leilão para prestação de serviço de operação e manutenção da Usina de Três Irmãos realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 28 de março de 2014.

Para assinatura do contrato de concessão foi alterado o Estatuto Social da Tijoá para que essa se tornasse a Sociedade de Propósito Específico (SPE) para assinatura do contrato de concessão.

Em 10 de setembro de 2015 a Tijoá assinou o Contrato de Concessão nº 003/2014-MME-UHE Três Irmãos pelo prazo de 30 anos, e, após um mês de operação assistida, assumiu a operação da usina.

Em agosto de 2014, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo”) concluiu a aquisição de 100% das quotas do FIP Constantinopla e, portanto, passou a deter a participação indireta de 50,1% na Tijoá.

Em outubro de 2014 a Tijoá recebeu da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) a licença ambiental de operação retificadora da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos. A licença permite que a partir de 10 de outubro de 2014 a Tijoá passe a ser a responsável pela operação da usina.

ix) *Concebra – Aprovação e liberação de empréstimo-ponte do BNDES*

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) aprovou, em 24 de junho de 2014, o empréstimo-ponte para a investida Concebra no montante de R\$ 1,06 bilhão, pelo prazo de até 18 meses, com taxa de remuneração de TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais spread de risco de 2,0% a.a., em linha com as condições indicadas pelo Governo no edital de concessão.

Os recursos serão utilizados para financiar os investimentos em melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262.

Em 28 de julho de 2014, a Concebra recebeu do BNDES, a primeira parcela dos recursos do empréstimo-ponte, no montante de R\$300 milhões.

x) *Portonave – 2ª emissão de Aprovação de empréstimo-ponte do BNDES*

A investida Portonave concluiu, em 30 de junho de 2014, a captação de R\$300 milhões, em três séries, através da 2ª emissão de debêntures, nos termos da Instrução CVM 476. A taxa de remuneração será de CDI mais 2,25% ao ano para a 1ª série e de IPCA mais 8,40% ao ano para a 2ª e 3ª séries.

O prazo total da operação é de 7 anos, com vencimentos semestrais a partir de dezembro de 2014. Os recursos captados serão utilizados para recompor o caixa da Companhia.

xi) *Triunfo – Encerramento do período de usufruto de ações ordinárias*

Em 1 de julho de 2014, encerrou-se do período de vigência do usufruto do Banco BNP Paribas Brasil S.A. sobre ações de propriedade da THP - Triunfo Holding de Participações S.A..

Por meio do Contrato de Usufruto firmado entre o Banco BNPP e a THP em 23 de outubro de 2012, a THP concedeu ao BNPP direitos de usufruto relacionados a 81.700.000 ações ordinárias emitidas pela TPI e detidas pela THP, representando aproximadamente 46,42% do total de ações emitidas pela TPI.

Com o encerramento deste contrato, a partir de 01 de julho de 2014 THP fica reintegrada da plena propriedade legal das ações da TPI.

xii) *Triunfo – Emissão de Notas Promissórias*

Em 18 de julho de 2014, Companhia realizou a 3ª emissão de notas promissórias comerciais.

Foram emitidas 160 Notas Promissórias Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão cada, totalizando a captação de R\$ 160,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. As Notas Promissórias Comerciais serão remuneradas pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,50% a.a..

Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para complementar o caixa necessário para pagamento da segunda emissão de notas promissórias no montante de R\$275,5 milhões, que foram integralmente amortizadas em 21 de julho de 2014. Em 14 de janeiro de 2015, a companhia liquidou a totalidade das Notas Promissórias no valor de R\$170,7 milhões.

xiii) *Vetria – Arrendamento e opção de compra dos ativos da MMX Corumbá*

Em 29 de julho de 2014, Vetria assinou contrato com a MMX Corumbá Mineração S.A. referente ao arrendamento de direitos minerários localizados em Corumbá-MS.

De acordo com os termos contratados, o valor do arrendamento é fixo e anual de US\$ 500.000 a ser pago em parcelas mensais, a partir do 4º mês da data de sua celebração e vigente pelo prazo de 36 meses, valor este que poderá ser parcialmente abatido na hipótese de conclusão da compra pela Vetria da totalidade das ações de emissão da MMX Corumbá.

Tanto o arrendamento dos direitos minerários como a eventual aquisição da totalidade das ações de emissão da MMX Corumbá pela Vetria estão condicionados ao cumprimento de diversas condições suspensivas, como a obtenção de aprovações pertinentes por parte das autoridades

governamentais competentes, dentre elas a liberação do arrolamento fiscal que atualmente recai sobre as ações de emissão da MMX Corumbá, para fins de venda do ativo.

xiv) *Triunfo – Aquisição da rodovia Transbrasiliana*

Em 16 de setembro de 2014 a Companhia firmou por meio de sua controlada Dable Participações Ltda., Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 100% das quotas da empresa BR Vias Holding TBR S.A., detentora de 100% do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Em 05 de janeiro de 2015 após o cumprimento de condições precedentes, dentre elas, a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a obtenção da anuência do poder concedente e dos credores detentores de garantias prestadas, direta ou indiretamente, em favor da TBR ou Transbrasiliana, foi concluída a aquisição de 100% das quotas da empresa BR Vias Holding TBR S.A. (“TBR”), detentora de 100% do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Transbrasiliana”), pelo valor de R\$ 22,4 milhões.

A Triunfo Transbrasiliana passa a ser responsável pela administração da concessão do trecho de 321,6 quilômetros da BR-153, entre a divisa do estado de São Paulo e Minas Gerais até a divisa de São Paulo com o Paraná. A concessão tem prazo de 25 anos, iniciado em fevereiro de 2008, faz parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo Federal e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

xv) *Cabotagem – Alteração de participação societária*

Em 30 de setembro de 2014 a participação societária da Companhia nas empresas NTL, Vessel-Log e Maestra passou de 69,66% para 100,0%.

xvi) *Vetria – Encerramento do Contrato de Associação*

Em 10 de dezembro de 2014, a Triunfo, a ALL – América Latina Logística S.A. e a Vetorial Participações S.A. divulgaram aos seus acionistas e ao mercado que, considerando as perspectivas atuais e as condições do mercado, foi decidido encerrar o Contrato de Associação celebrado em 19 de dezembro de 2011, por meio da Vetria Mineração S.A.

Adicionalmente, os contratos (i) de Arrendamento de Direitos Minerários e Outras Avenças firmado entre a Vetria (por meio de sua subsidiária Vetorial Mineração S.A.) e a MMX Corumbá Mineração S.A. e (ii) de Opção de Compra de Ações firmado entre a Vetria e a MMX Mineração e Metálicos S.A. foram integralmente cedidos para a Vetorial Siderurgia Ltda., conforme autorizado por ambos contratos.

Os efeitos decorrentes da descontinuidade da Associação estão descritos na Nota Explicativa 1).

xvii) *Concepa – 6ª Emissão de Debêntures*

Em 15 de dezembro de 2014 a Concepa, concluiu a captação no valor de R\$210 milhões, através da 6ª emissão de debêntures, nos termos da Instrução CVM 476. A emissão será corrigida por CDI mais spread de 2,5% a.a.

Os recursos foram utilizados para recompor o caixa da Companhia, e para implantar as obras do aditivo assinado pela concessionária em abril de 2014, que prevê reembolso dos investimentos por parte do governo, ao final de 2015, ou extensão automática do contrato de concessão por até 22 meses. Caso o governo opte por realizar o reembolso, o prazo da emissão será até maio de 2016, caso contrário, o vencimento será prorrogado automaticamente até abril de 2018.

xviii) *Econorte – 4º Aditivo ao contrato de concessão*

Em 17 de dezembro de 2014, a Econorte assinou junto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR) o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que restabelece equilíbrio econômico-financeiro, extinguindo os passivos contratuais existentes desde 2012, além de formalizar a inclusão de investimentos já realizados, no valor de aproximadamente R\$61 milhões.

O Termo Aditivo foi homologado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, e foi publicada, em 17 de dezembro de 2014, a Portaria nº 338/2014 do DER/PR autorizando o incremento tarifário de 8,248%, a ser aplicado a partir da 00 (zero) hora do dia 19 de dezembro de 2014.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 25 de março de 2015.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

Companhias	Controle	31/12/14		31/12/13	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("TriunfoConvale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	Controlada	100,0	-	-	-
Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviária Ltda ("Rio Parnaíba")	Controlada	100,0	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave")	Controlada em conjunto	33,3	16,7	33,3	16,7
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconave") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria")	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave")	Controlada	-	-	100,0	-
Portonave S.A. - Terminais Portuários ("Portonave")	Controlada	-	-	100,0	-
Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda ("Moss")	Controlada	100,0	-	-	99,7
Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos Ltda ("Anddis")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jahy Participações e Investimentos S.A. ("Jahy")	Controlada	-	-	100,0	-
Santip Participações Ltda ("Santip")	Controlada	-	-	100,0	-
Aeroportos Brasil S.A. ("AB")	Controlada em conjunto	45,0	-	45,0	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("ABV")	Controlada em conjunto	-	22,9	-	22,9
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (iii)	Controlada em conjunto	-	50,1	100,0	-
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (iii)	Controlada em conjunto	-	50,1	-	-
Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla ("FIP Constantinopla")	Controlada	100,0	-	-	-
Maestra Navegação e Logística S.A. ("Maestra")	Controlada	100,0	-	69,7	-
NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL")	Controlada	100,0	-	69,7	-
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística ("Vessel")	Controlada	100,0	-	69,7	-
Maestra Shipping LLP ("LLP") (iv)	Controlada	-	100,0	-	69,7
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jupiter Participações e Investimentos S.A	Controlada	-	-	100,0	-
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip")	Controlada em conjunto	50,0	-	-	-
Vulcano Participações e Investimentos S.A. ("Vulcano")	Controlada	-	-	100,0	-
Marte Participações e Investimentos S.A. ("Marte")	Controlada	-	-	100,0	-
ACT Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("ACT")	Controlada em conjunto	50,0	-	-	-
Diana Participações e Investimentos S.A. ("Diana")	Controlada	-	-	100,0	-
Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus")	Controlada	100,0	-	-	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	Controlada	100,0	-	-	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	Controlada	100,0	-	-	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	Controlada	100,0	-	-	-

(i) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconave.

(ii) A controlada em conjunto Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração.

(iii) A controlada FIP Constantinopla detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.

(iv) A controlada Vessel detém 100,0% de participação na controlada LLP.

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 das controladas, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

a) Segmento rodoviário

	<u>Econorte</u>	<u>Rio Tibagi</u>	<u>Concepa</u>	<u>Rio Guaíba</u>	<u>Concer</u>	<u>Rio Bonito</u>	<u>Convale</u>	<u>Rio Paraíba</u>	<u>Ecovale</u>	<u>Concebra</u>	<u>Rio Parnaíba</u>
Ativo circulante	22.539	8.575	234.452	631	290.413	1.450	51	-	-	38.504	132
Ativo não circulante	366.771	20.843	260.483	32.733	784.878	3.548	14.898	-	-	647.182	12.879
Total do ativo	389.310	29.418	494.935	33.364	1.075.291	4.998	14.949	-	-	685.686	13.011
Passivo circulante	170.965	11.428	73.185	32.799	435.395	2.698	2	401	-	44.694	7.433
Passivo não circulante	121.597	30	304.510	-	325.471	250	-	-	-	371.011	7.409
Patrimônio líquido	96.748	17.960	117.240	565	314.425	2.050	14.947	(401)	-	269.981	(1.831)
Total do passivo e patrimônio líquido	389.310	29.418	494.935	33.364	1.075.291	4.998	14.949	-	-	685.686	13.011
Receita operacional líquida	254.372	57.511	388.551	46.808	641.411	50.911	-	-	-	428.362	-
Custo dos serviços prestados	(189.766)	(35.291)	(262.142)	(12.756)	(507.358)	(20.793)	-	-	-	(417.494)	-
Lucro bruto	64.606	22.220	126.409	34.052	134.053	30.118	-	-	-	10.868	-
Despesas operacionais, líquidas	(7.836)	(4.998)	(22.863)	(2.936)	(27.569)	(2.578)	(22)	(1)	(2)	(5.525)	(1.463)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	56.770	17.222	103.546	31.116	106.484	27.540	(22)	(1)	(2)	5.343	(1.463)
Resultado financeiro, líquido	(27.592)	1.731	(22.648)	(60)	(46.313)	608	-	-	-	8.229	(372)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	29.178	18.953	80.898	31.056	60.171	28.148	(22)	(1)	(2)	13.572	(1.835)
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(4.379)	(3.659)	(20.580)	(1.795)	(6.663)	(2.141)	-	-	-	(895)	-
Diferidos	(4.747)	-	(4.825)	-	(13.437)	-	-	-	-	(3.695)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	20.052	15.294	55.493	29.261	40.071	26.007	(22)	(1)	(2)	8.982	(1.835)

b) Segmento portuário

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>	<u>Vetorial</u>
Ativo circulante	90.477	6.423	1.105	94.738	28.586
Ativo não circulante	1.603.933	10.418	46.830	192.793	16.937
Total do ativo	1.694.410	16.841	47.935	287.531	45.523
Passivo circulante	114.107	2.517	3.849	211.104	48.669
Passivo não circulante (i)	827.254	18.314	38	7.881	3.093
Patrimônio líquido (i)	753.049	(3.990)	44.048	68.546	(6.239)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.694.410	16.841	47.935	287.531	45.523
Receita operacional líquida	342.078	28.844	68.640	-	80.321
Custo dos serviços prestados	(186.484)	(28.615)	(12.126)	-	(30.771)
Lucro bruto	155.594	229	56.514	-	49.550
Despesas operacionais, líquidas	(29.222)	(1.824)	(5.092)	(110.861)	(52.106)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	126.372	(1.595)	51.422	(110.861)	(2.556)
Resultado financeiro, líquido	(43.389)	363	(73)	(3.091)	(2.562)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	82.983	(1.232)	51.349	(113.952)	(5.118)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(34.498)	-	(7.901)	-	(260)
Diferidos	23.396	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	71.881	(1.232)	43.448	(113.952)	(5.378)

	<u>TPB</u>	<u>TPI - Log</u>	<u>Portonaus</u>	<u>Santa Cruz</u>	<u>Terlip</u>
Ativo circulante	-	-	20	-	27.471
Ativo não circulante	70.852	153.889	14.717	20.758	149
Total do ativo	70.852	153.889	14.737	20.758	27.620
Passivo circulante	-	9.559	-	-	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	70.852	144.330	14.737	20.758	27.620
Total do passivo e patrimônio líquido	70.852	153.889	14.737	20.758	27.620
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	-	(603.652)	(31.756)	(51)	(44)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	-	(603.652)	(31.756)	(51)	(44)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	(9)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	-	(603.652)	(31.756)	(51)	(53)
Correntes	-	-	-	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(603.652)	(31.756)	(51)	(53)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, Vetorial, TPB e Terlip não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

c) Energia e outros

	<u>Rio Verde</u>	<u>Rio Canoas</u>	<u>Rio Claro</u>	<u>TNE</u>	<u>Tucano</u>	<u>Retirinho</u>	<u>Guariroba</u>
Ativo circulante	36.054	13.369	2.040	12.055	-	-	-
Ativo não circulante	529.762	1.096.611	10.770	100.904	8.888	2.674	2.865
Total do ativo	565.816	1.109.980	12.810	112.959	8.888	2.674	2.865
Passivo circulante	52.810	162.035	4.378	76.097	-	-	-
Passivo não circulante (i)	278.555	521.531	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	234.451	426.414	8.432	36.862	8.888	2.674	2.865
Total do passivo e patrimônio líquido	565.816	1.109.980	12.810	112.959	8.888	2.674	2.865
Receita operacional líquida	129.512	281.176	12.325	273.353	-	-	-
Custos dos serviços prestados	(89.586)	(85.929)	(7.781)	(273.245)	-	-	-
Lucro bruto	39.926	195.247	4.544	108	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(10.975)	(8.577)	(740)	(561)	(56)	(22)	(23)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	28.951	186.670	3.804	(453)	(56)	(22)	(23)
Resultado financeiro, líquido	(17.534)	(46.654)	(50)	(405)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	11.417	140.016	3.754	(858)	(56)	(22)	(23)
Imposto de renda e contribuição social							
Correntes	(3.467)	(9.262)	(1.430)	-	-	-	-
Diferidos	1.662	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.612	130.754	2.324	(858)	(56)	(22)	(23)

	<u>Estrela</u>	<u>Taboca</u>	<u>Anddis</u>	<u>Dable</u>	<u>CSE</u>	<u>Tijóá</u>	FIP <u>Constantinopla</u>
Ativo circulante	-	-	1	1	3.346	14.782	283
Ativo não circulante	2.707	4.214	-	-	-	-	2.791
Total do ativo	2.707	4.214	1	1	3.346	14.782	3.074
Passivo circulante	-	-	-	-	439	12.119	174
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	2.707	4.214	1	1	2.907	2.663	2.900
Total do passivo e patrimônio líquido	2.707	4.214	1	1	3.346	14.782	3.074
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-	19.530	-
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	(588)	(16.275)	-
Lucro bruto	-	-	-	-	(588)	3.255	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(21)	(20)	(1)	(1)	(506)	(1.111)	(1.273)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(21)	(20)	(1)	(1)	(1.094)	2.144	(1.273)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	1	(364)	-
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(21)	(20)	(1)	(1)	(1.093)	1.780	(1.273)
Imposto de renda e contribuição social							
Correntes	-	-	-	-	-	(368)	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(21)	(20)	(1)	(1)	(1.093)	1.412	(1.273)

	<u>Rio Dourado</u>	<u>Juno</u>	<u>ACT</u>	<u>ATTT</u>	<u>Venus</u>	<u>Mercurio</u>	<u>Netuno</u>	<u>Minerva</u>
Ativo circulante	-	-	3.426	-	1	1	1	1
Ativo não circulante	-	-	210	131	-	-	-	-
Total do ativo	-	-	3.636	131	1	1	1	1
Passivo circulante	-	-	3.289	-	-	-	-	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	-	-	347	131	1	1	1	1
Total do passivo e patrimônio líquido	-	-	3.636	131	1	1	1	1
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	-	(23)	(2.673)	(2)	(33)	(33)	(33)	(33)
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	(23)	(2.673)	(2)	(33)	(33)	(33)	(33)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	-	(23)	(2.673)	(2)	(33)	(33)	(33)	(33)
Prejuízo do exercício	-	(23)	(2.673)	(2)	(33)	(33)	(33)	(33)

	<u>Maestra</u>	<u>Maestra LLP</u>	<u>Vessel Log</u>	<u>NLT</u>	<u>Trevally</u>
Ativo circulante	2.086	-	7.709	17.693	1
Ativo não circulante	7.811	-	79.810	79.541	-
Total do ativo	9.897	-	87.519	97.234	1
Passivo circulante	180.434	-	50.538	26.341	-
Passivo não circulante (i)	-	-	80.115	-	-
Patrimônio líquido (i)	(170.537)	-	(43.134)	70.893	1
Total do passivo e patrimônio líquido	9.897	-	87.519	97.234	1
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(18.810)	(56.234)	(67.829)	(14.085)	(4)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(18.810)	(56.234)	(67.829)	(14.085)	(4)
Resultado financeiro, líquido	(23.651)	757	(24.836)	(6.981)	-
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(42.461)	(55.477)	(92.665)	(21.066)	(4)
Prejuízo do exercício	(42.461)	(55.477)	(92.665)	(21.066)	(4)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

As companhias ACT, Tijoá e o CSE não foram consolidados pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

d) Administração de aeroportos

	<u>A. Brasil</u>	<u>A.B. Viracopos</u>
Ativo circulante	152.120	146.371
Ativo não circulante	679.485	5.980.745
Total do ativo	831.605	6.127.116
Passivo circulante	181.358	590.457
Passivo não circulante (i)	136.485	4.204.352
Patrimônio líquido (i)	513.762	1.332.307
Total do passivo e patrimônio líquido	831.605	6.127.116
Receita operacional líquida	-	1.716.842
Custo dos serviços prestados	-	(1.517.981)
Lucro bruto	-	198.861
Despesas operacionais, líquidas	41.540	(54.526)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	41.540	144.335
Resultado financeiro, líquido	(15.414)	(14.257)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	26.126	130.078
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(1.333)	-
Diferidos	-	(44.227)
Prejuízo do período	24.793	85.851

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social e as demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições específicas estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Controladora	1.315.140	2.000.097	(430.184)	(67.534)
Participação de acionistas não controladores	118.676	139.491	(37.748)	19.487
Consolidado	1.433.816	2.139.588	(467.932)	(48.047)

2.4. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas

A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS em vigência.

IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações

Essa melhoria é aplicada prospectivamente e esclarece várias questões relacionadas com as definições de desempenho e condições de serviço que representam condições de aquisição, incluindo as seguintes:

- Uma condição de desempenho deve conter uma condição de serviço;
- Uma meta de desempenho deve ser cumprida enquanto a contraparte estiver prestando serviço;
- Uma meta de desempenho pode relacionar-se com as operações ou atividades de uma entidade ou com aquelas de outra entidade no mesmo grupo;
- Uma condição de desempenho pode ser uma condição de mercado ou não relacionada com o mercado;

Se a contraparte, independentemente da razão, deixar de prestar serviço durante o período de aquisição, a condição de serviço não será satisfeita.

IFRS 3 – Combinação de Negócios

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que todos os acordos de contraprestação contingente classificados como passivo (ou ativo) resultante de uma combinação de negócios devem ser subsequentemente mensurados a valor justo por meio do resultado, enquadrando-se ou não no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável).

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

As alterações são aplicadas retrospectivamente e esclarecem que:

- Uma entidade deve divulgar os julgamentos feitos pela administração na aplicação dos critérios de agregação no parágrafo 12 da IFRS 8, incluindo uma breve descrição de segmentos operacionais que foram agregados e as características econômicas (ex.: vendas e margens brutas) utilizadas para avaliar se os segmentos são “similares”
- A conciliação de ativos de segmento com o total do ativo deve ser divulgada se a reconciliação for reportada ao tomador de decisão operacional em nível de diretoria, semelhante à divulgação exigida para os passivos do segmento.

IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 38 – Ativo Intangível

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis sobre o valor contábil líquido ou bruto. Adicionalmente, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores contábeis ou brutos do ativo.

IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações da parte relacionada. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração.

IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo

A alteração se aplica prospectivamente e esclarece as exceções de escopo da IFRS 13, quais sejam:

- Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 13;

Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras de acordo conjunto em si.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente.

Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.

Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias

As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal.

As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre a Companhia.

Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto à Companhia, uma vez que a Companhia não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes.

Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas

As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaboram demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Critério de reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuário. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto a sua realização.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por

consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas controladas Concepa, Concer e Concebra.

Diferente disso nos aditivos contratuais destas mesmas empresas, está previsto contratualmente remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, foram determinadas as margens com relação às receitas de construção dos aditivos contratuais de Concepa e Concer.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros, as quais são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito advindos dos negócios detidos pela Companhia. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

c) Aplicações financeiras vinculadas

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures.

d) Contas a receber de clientes

Estão apresentados a valor justo, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Despesas de exercícios seguintes

Referem-se substancialmente aos prêmios de seguros, sendo amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de seguros.

f) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo como empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

g) Imobilizado

É apresentado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas apuradas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos destinados à construção de bens do imobilizado são apropriados aos custos dos bens do imobilizado em construção até a entrada em operação e início da geração de receita, sendo amortizados proporcionalmente à realização desses bens.

A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

h) Intangível

Ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou construção e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico: (i) a expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelos prazos de 5 a 10 anos contados desde as datas das transações que os originaram até 31 de dezembro de 2008; e (ii) a aquisição do direito de exploração da concessão, estão sendo amortizados pelo prazo remanescente da concessão, conforme previsto na Instrução Normativa CVM nº 247/96.

A partir de 1º de janeiro de 2009 os saldos dos ágios fundamentados na expectativa de rentabilidade futura passaram a ser submetidos ao teste para análise de perdas dos seus valores recuperáveis, portanto não são mais amortizados.

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias e aeroporto) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito adicional de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O ativo intangível que foi reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 representa o ativo imobilizado registrado desde o início das concessões rodoviárias, o qual está demonstrado ao custo de reposição.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis de concessões de rodovias e de aeroportos é com base nas curvas de tráfego e de passageiros/cargas projetadas até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estarão alinhadas e reconhecidas consistentemente durante prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento de novos projetos são capitalizados, se tiverem viabilidade econômica, transferidos para o custo final do bem e

amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Contratos de concessão – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento dos investimentos da Companhia à norma:

- a) o poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- b) o poder concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para as concessionárias de rodovias e de aeroportos, a Companhia entende que os dois requisitos são atendidos para a aplicação do ICPC 01. Já com relação às geradoras de energia e o porto, os mesmos estão fora da aplicação do ICPC 01, pois ambos não se enquadram ao item (a) anterior.

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01-Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu

valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01 não prevêem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar pedágio dos usuários das rodovias e pelo direito de exploração do aeroporto.

Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias e do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhados na nota explicativa nº 34.

Amortização do ativo intangível de concessões de rodovias e de aeroportos

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessões da rodovia e do aeroporto, tendo sido adotada as curvas de tráfego e de passageiros/cargas estimadas como base para a amortização.

Provisão para manutenção de rodovias

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção, conforme descrito na nota explicativa nº 16, é registrada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

i) Obrigação da concessão (concessão onerosa)

Geração de energia elétrica

Para o aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, as controladas devem recolher à União, a partir da entrada em operação até o final da concessão parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto pelo Uso de Bem Público ("UBP"), corrigidos anualmente ou com periodicidade que a legislação permitir.

Administração de aeroportos

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual, reajustado anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

j) Avaliação da recuperação de ativos de longo prazo ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos e ágio com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

k) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia apenas se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Impostos

Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

m) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A

Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais, outros recebíveis e instrumentos financeiros cotados e não cotados.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não designaram nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos

financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os mesmos não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos. A companhia não mantém contratos com derivativos embutidos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são registrados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende

manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento não é reconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Não reconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia e suas controladas com o ativo.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiverem.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia e suas controladas, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo

de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. A Companhia e suas controladas não identificaram evidências de perdas em ativos financeiros nas datas dos balanços.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia e suas controladas concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e suas controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o

reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia e suas controladas avaliam se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantidas (conta corrente com limite pré aprovado estabelecido), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

A Companhia e suas controladas não negociaram e nem apresentaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Não reconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de

interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 32.

n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Compromissos de Arrendamento Mercantil Operacional – Companhia e suas controladas como Arrendadores

A Companhia e suas controladas determinaram, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assumem todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens e, desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

Operações descontinuadas

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em novembro de 2013 a descontinuação das atividades operacionais no segmento de cabotagem das empresas NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”), Maestra Navegação e Logística S.A. (“Maestra”) e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”).

As empresas do segmento de cabotagem apresentavam alta alavancagem operacional e baixa utilização da capacidade. Considerando o atual cenário favorável para novos negócios em outros segmentos no setor de infraestrutura, a Triunfo decidiu focar seus esforços nestas oportunidades.

Maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 10.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Amortização do ativo intangível

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessões da rodovia e do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas de tráfego e passageiros/cargas estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e de movimentação de passageiros/cargas do aeroporto e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego e de passageiros/cargas, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível

de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. O mesmo é aplicado aos itens de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações financeiras.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

q) Transações envolvendo pagamentos em ações

Profissionais (inclusive executivos sênior) da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados conforme descrito na nota explicativa nº 27.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas com pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado, a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas com pessoal” correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído conforme descrito em nota explicativa nº 25 d).

3.1. Reapresentação dos saldos comparativos

A controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. está reapresentando em 31 de dezembro de 2014 suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 para refletir a mudança de prática contábil adotada para o registro de capitalização da atualização monetária sobre a outorga desde o início da concessão em 2012. Desta forma a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos alterou os critérios dos registros contábeis e ajustou os cálculos referentes a recomposição da atualização ao valor presente e atualização pelo índice IPCA da outorga, cujos efeitos devem ser reconhecidos desde o início da concessão. Portanto as Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013 estão sendo reapresentadas de forma comparativa e adotando a capitalização parcial da correção monetária e da recomposição do ajuste a valor presente.

O efeito da referida mudança na controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos foi a contabilização parcial da correção monetária e da recomposição do AVP contra o ativo intangível Outorga que representa o passivo relativo ao compromisso com o poder concedente reconhecido pelo direto de exploração da atividade aeroportuária.

A mudança de prática contábil citada acima reflete nas Demonstrações financeiras da Companhia através do registro do resultado de equivalência dos respectivos exercícios.

Com objetivo de refletir estas alterações nas datas de 31 de dezembro de 2012 e 2013, para fins de comparabilidade do seu resultado, a Companhia está reapresentando os saldos das respectivas demonstrações com os efeitos do reconhecimento do resultado de equivalência na investida Aeroportos Brasil Viracopos.

Balanços Patrimoniais de 31 de dezembro de 2012, rerepresentados:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2012	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2012
ATIVO						
Ativo Circulante	697.700	-	697.700	223.862	-	223.862
Ativo realizável à longo prazo	85.901	-	85.901	140.040	-	140.040
Investimentos em controladas e equiparadas	1.717.087	6.980	1.724.067	1.197.790	6.980	1.204.770
Outros ativos não circulares	161.627	-	161.627	1.587.529	-	1.587.529
Ativos de operações descontinuadas	-	-	-	1.371.270	-	1.371.270
Total do ativo	2.662.315	6.980	2.669.295	4.520.491	6.980	4.527.471
PASSIVO						
Passivo Circulante	85.448	-	85.448	363.584	-	363.584
Passivo não Circulante	733.145	-	733.145	1.392.876	-	1.392.876
PATRIMONIO LÍQUIDO						
Capital Social	512.979	-	512.979	512.979	-	512.979
Reservas de capital	7.777	-	7.777	7.777	-	7.777
Reserva legal	28.491	349	28.840	28.491	349	28.840
Reservas de retenção de lucros	657.474	6.631	664.105	657.474	6.631	664.105
Resultados abrangentes	637.001	-	637.001	637.001	-	637.001
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	124.683	-	124.683
Passivo de operações descontinuadas	-	-	-	795.626	-	795.626
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.662.315	6.980	2.669.295	4.520.491	6.980	4.527.471

Demonstrações do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2012, rerepresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2012	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2012
Receita operacional líquida	-	-	-	834.546	-	834.546
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(615.187)	-	(615.187)
Lucro Bruto	-	-	-	219.359	-	219.359
Receitas (Despesas) operacionais	(40.434)	-	(40.434)	407.740	-	407.740
Resultado de equivalência patrimonial	609.793	6.980	616.773	3.312	6.980	10.292
Lucro operacional antes do resultado financeiro	569.359	6.980	576.339	630.411	6.980	637.391
Resultado Financeiro	(53.802)	-	(53.802)	(153.938)	-	(153.938)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	515.557	6.980	522.537	476.473	6.980	483.453
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	1.895	-	1.895
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	515.557	6.980	522.537	478.368	6.980	485.348
Lucro (prejuízo) líquido de operações descontinuadas	-	-	-	18.544	-	18.544
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	515.557	6.980	522.537	496.912	6.980	503.892
Atribuição aos:						
Acionistas controladores	515.557	6.980	522.537	515.557	6.980	522.537
Acionistas não controladores	-	-	-	(18.645)	-	(18.645)

Balanços Patrimoniais de 31 de dezembro de 2013, reapresentados:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2013	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2013
ATIVO						
Ativo Circulante	802.173	-	802.173	207.723	-	207.723
Ativo realizável a longo prazo	89.605	-	89.605	123.238	-	123.238
Investimentos em controladas e equiparadas	1.839.241	38.253	1.877.494	1.133.055	38.253	1.171.308
Outros ativos não circulares	163.269	-	163.269	1.554.573	-	1.554.573
Ativos de operações descontinuadas	-	-	-	1.920.849	-	1.920.849
Total do ativo	2.894.288	38.253	2.932.541	4.939.438	38.253	4.977.691
PASSIVO						
Passivo Circulante	221.729	-	221.729	359.283	-	359.283
Passivo não Circulante	710.715	-	710.715	1.298.127	-	1.298.127
PATRIMONIO LÍQUIDO						
Capital Social	842.979	-	842.979	842.979	-	842.979
Reservas de capital	(14.142)	-	(14.142)	(14.142)	-	(14.142)
Reserva legal	28.491	349	28.840	28.491	349	28.840
Reservas de retenção de lucros	552.232	37.904	590.136	552.232	37.904	590.136
Resultados abrangentes	552.284	-	552.284	552.284	-	552.284
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	139.491	-	139.491
Passivo de operações descontinuadas	-	-	-	1.180.693	-	1.180.693
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.894.288	38.253	2.932.541	4.939.438	38.253	4.977.691

Demonstrações do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013, reapresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2013	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2013
Receita operacional líquida	-	-	-	843.042	-	843.042
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(513.727)	-	(513.727)
Lucro Bruto	-	-	-	329.315	-	329.315
Receitas (Despesas) operacionais	(32.633)	-	(32.633)	(82.859)	-	(82.859)
Resultado de equivalência patrimonial	32.343	31.273	63.616	14.232	31.273	45.505
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(290)	31.273	30.983	260.688	31.273	291.961
Resultado Financeiro	(98.517)	-	(98.517)	(150.225)	-	(150.225)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(98.807)	31.273	(67.534)	110.463	31.273	141.736
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(42.860)	-	(42.860)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(98.807)	31.273	(67.534)	67.603	31.273	98.876
Lucro (prejuízo) líquido de operações descontinuadas	-	-	-	(146.923)	-	(146.923)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(98.807)	31.273	(67.534)	(79.320)	31.273	(48.047)
Atribuição aos:						
Acionistas controladores	(98.807)	31.273	(67.534)	(98.807)	31.273	(67.534)
Acionistas não controladores	-	-	-	19.487	-	19.487

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, reapresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2013	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2013
Prejuízo do exercício	(98.807)	31.273	(67.534)	(98.807)	31.273	(67.534)
Ajustes para conciliar o resultado						
Resultado de equivalência patrimonial	(32.343)	(31.273)	(63.616)	(14.232)	(31.273)	(45.505)
Outros ajustes de conciliação de resultado	93.369	-	93.369	290.039	-	290.039
Variações nos ativos e passivos	28.379	-	28.379	(103.617)	-	(103.617)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(9.402)	-	(9.402)	73.383	-	73.383
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(99.734)	-	(99.734)	(362.873)	-	(362.873)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	105.691	-	105.691	285.827	-	285.827
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(3.445)	-	(3.445)	(3.663)	-	(3.663)
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do período	39.553	-	39.553	54.331	-	54.331
No fim do período	36.108	-	36.108	50.668	-	50.668
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(3.445)	-	(3.445)	(3.663)	-	(3.663)

Demonstrações dos valores adicionados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, reapresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2013	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/12/2013
Receitas	66.188	-	66.188	974.993	-	974.993
Insumos adquiridos de terceiros	(15.395)	-	(15.395)	(585.254)	-	(585.254)
Valor adicionado bruto	50.793	-	50.793	389.739	-	389.739
Retenções	(3.108)	-	(3.108)	(181.709)	-	(181.709)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	47.685	-	47.685	208.030	-	208.030
Valor adicionado líquido recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	32.343	31.273	63.616	14.232	31.273	45.505
Receitas financeiras	18.938	-	18.938	20.186	-	20.186
Valor adicionado total a distribuir	98.966	31.273	130.239	242.448	31.273	273.721
Distribuição do valor adicionado	98.966	31.273	130.239	242.448	31.273	273.721
Pessoal e encargos	21.270	-	21.270	82.536	-	82.536
Impostos, taxas e contribuições	2.129	-	2.129	129.732	-	129.732
Remuneração do capital de terceiros	118.109	-	118.109	182.076	-	182.076
Remuneração do poder concedente	-	-	-	18.082	-	18.082
Lucros de operações descontinuadas	-	-	-	(146.923)	-	(146.923)
Lucros retidos do exercício	(42.542)	31.273	(11.269)	(42.542)	31.273	(11.269)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	19.487	-	19.487

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Disponibilidades	92.144	20.493	157.548	34.834
Aplicações financeiras	-	15.615	30.661	15.834
	92.144	36.108	188.209	50.668

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Aplicações financeiras vinculadas

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 19. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Econorte	68	74
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	68	74

As características e remunerações dessas aplicações são similares às aquelas descritas na nota explicativa nº 4.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	50.798	46.510
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	-	2.979
Serviços de energia	4.763	11.500
Outras contas a receber ¹	9.501	-
	65.062	60.989
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.752)	(1.752)
	63.310	59.237
Ativo circulante	56.308	59.237
Ativo não circulante	7.002	-

(1) Considerando o saldo a receber referente à venda da embarcação da NTL – Navegação e Logística no montante de R\$8.169.

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	31/12/14	31/12/13
A vencer	63.310	59.237
Vencidos há mais de 90 dias	1.752	1.752
	65.062	60.989

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/14	31/12/13
Saldo no início do exercício	(1.752)	(1.752)
Adições	-	-
Baixas	-	-
Saldo no final do exercício	(1.752)	(1.752)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. Não ocorreram mudanças no critério de constituição da provisão no exercício.

7. Contas a receber – Ativo Financeiro

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Concepa	99.266	-
Concer	259.867	-
	359.133	-

Referem-se aos ativos financeiros das concessões rodoviárias Concepa e Concer, oriundos de aditivos dos contratos de concessão.

A Concer assinou, em abril de 2014, o 12º Termo Aditivo que prevê aportes de capital como forma de reequilíbrio do Contrato de Concessão pela realização das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis e nova praça de pedágio, não contidas no Plano de Exploração da Rodovia (PER).

A Concepa, em 16 de abril de 2014, recebeu a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sua agência reguladora, para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra prevê alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	6.554	4.222	10.552	4.441
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	215	78
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	5.713	4.361	11.802	4.472
Programa de Integração Social – PIS	-	-	1.655	36
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	7.611	151
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	3.720	5.378
Outros	-	30	408	213
	12.267	8.613	35.963	14.769
Parcela do circulante	12.267	8.613	32.973	10.126
Parcela do não circulante	-	-	2.990	4.643

9. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
<u>Prejuízo Fiscal e base negativa:</u>		
Imposto de renda diferido	90.884	-
Contribuição social diferida	32.658	-
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	7.859	9.927
Contribuição social diferida	2.830	3.573
	134.231	13.500

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização dos ágios advindos de incorporações nas controladas Concepa e Econorte, e provisões para contingências.

As controladas Maestra, NTL e Vessel possuíam saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que foram baixados em dezembro de 2013, quando as atividades de cabotagem foram descontinuadas. Porém com a situação atual das controladas, que voltaram a ter atividades operacionais a partir de dezembro de 2014, os saldos de impostos diferidos ativos foram revertidos, nos termos do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 32, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2015	18.312
2016	4.166
2017	1.649
2018	2.453
A partir de 2019	107.651
	<u>134.231</u>

10. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Ativo mantido para venda

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 31 de dezembro de 2014, os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda, sendo os investimentos, Rio Verde no montante de R\$234.451 (R\$ 235.250 em 31 de dezembro de 2013), e Rio Canoas no montante de R\$ 426.414 (R\$ 426.715 em 31 de dezembro de 2013), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos das controladas Rio Verde e Rio Canoas foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

Participações a comercializar			
	Participação (%)	31/12/14	31/12/13
Capital Social	100	130.000	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	100	79.201	82.701
Reserva de lucros	100	25.250	22.549
Total Rio Verde		234.451	235.250
Capital Social	100	301.707	300.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	-	101.709
Reserva de Lucros	100	116.711	25.006
Reserva Legal	100	7.996	-
Lucros e prejuízos acumulados	100	-	-
Total Rio Canoas		426.414	426.715
Total		660.865	661.965

A equivalência patrimonial calculada neste exercício para os investimentos destinados a venda na Rio Verde foi de R\$ 9.612 e na Rio Canoas foi de R\$ 130.754.

Balancos Patrimoniais de operações destinadas a venda	31/12/2014		31/12/2013	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.161	4.354	8.515	733
Aplicações financeiras vinculadas	11.514	1.357	12.871	15.510
Contas a receber	10.864	334	11.198	43.409
Impostos a recuperar	2.859	425	3.284	9.461
Contas a receber partes relacionadas	5.788	6.248	12.036	2.877
Despesas antecipadas	866	641	1.507	1.800
Outros créditos	2	10	12	1.800
	36.054	13.369	49.423	75.590
Ativo não circulante				
Contas a receber de partes relacionadas	3.491	-	3.491	-
Impostos a recuperar	-	-	-	3.631
Outros créditos	566	-	566	533
Imobilizado	525.606	1.095.801	1.621.407	1.624.802
Intangível	99	810	909	19.472
	529.762	1.096.611	1.626.373	1.648.438
Total do ativo	565.816	1.109.980	1.675.796	1.724.028
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores	6.979	1.429	8.408	5.136
Empréstimos e financiamentos	18.888	12.934	31.822	18.487
Debêntures	-	24.611	24.611	30.073
Obrigações Contrato de Concessão	3.295	2.408	5.703	-
Salários e encargos sociais	504	778	1.282	362
Obrigações fiscais	5.044	950	5.994	12.603
Contas a pagar partes relacionadas	2.840	79.775	82.615	190.506
Dividendos a pagar	8.132	35.209	43.341	8.290
Juros sobre capital próprio	-	-	-	5.292
Arrendamento mercantil	-	85	85	85
Outras obrigações	7.128	3.856	10.984	12.935
	52.810	162.035	214.845	283.769
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	237.666	399.728	637.394	642.943
Debêntures	-	76.473	76.473	87.462
Provisão para contingência	89	8.376	8.465	-
Imposto de renda e contribuição social	40.800	-	40.800	42.603
Contas a pagar – partes relacionadas	-	34.754	34.754	86
Outras obrigações	-	2.200	2.200	5.200
	278.555	521.531	800.086	778.294
Patrimônio líquido				
Capital social	130.000	301.707	431.707	430.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	101.709
Ajuste de avaliação patrimonial	79.201	-	79.201	82.701
Reserva legal	-	7.996	7.996	-
Reserva de lucros	25.250	116.711	141.961	47.555
Lucros e prejuízos acumulados	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	234.451	426.414	660.865	661.965
Total do passivo e patrimônio líquido	565.816	1.109.980	1.675.796	1.724.028

<u>Demonstrações do resultado de operações destinadas a venda</u>	31/12/2014		31/12/13	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Receita operacional líquida	129.512	281.176	410.688	158.463
Custos operacionais				
Operação de energia	(54.732)	(45.659)	(100.391)	(39.907)
Custo com pessoal	(272)	(1.481)	(1.753)	(852)
Depreciação	(16.157)	(24.413)	(40.570)	(26.517)
Depreciação mais valia do imobilizado	(6.811)	-	(6.811)	-
Amortização do intangível (custo)	-	(200)	(200)	-
Obrigações da Concessão	(11.614)	(14.176)	(25.790)	(13.798)
Total dos custos operacionais	(89.586)	(85.929)	(175.515)	(81.074)
Lucro operacional bruto	39.926	195.247	235.173	77.389
Despesas operacionais, líquidas				
Salários e encargos sociais	(1.113)	(885)	(1.998)	(2.334)
Administradores	(740)	(1.675)	(2.415)	(450)
Administrativas	(8.202)	(5.911)	(14.113)	(4.930)
Depreciação e amortização	(131)	(85)	(216)	(238)
Amortização do intangível (custo)	(12)	(21)	(33)	-
Outras receitas e despesas	(777)	-	(777)	(1.330)
Total das despesas operacionais, líquidas	(10.975)	(8.577)	(19.552)	(9.282)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	28.951	186.670	215.621	68.107
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	1.409	500	1.909	2.970
Despesas financeiras	(18.943)	(47.154)	(66.097)	(21.028)
Variação cambial	-	-	-	-
Total do resultado financeiro	(17.534)	(46.654)	(64.188)	(18.058)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	11.417	140.016	151.433	50.049
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.467)	(9.262)	(12.729)	(7.390)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.662	-	1.662	1.526
Lucro líquido do exercício	9.612	130.754	140.366	44.185

Fluxos de Caixa de operações destinadas a venda

	31/12/2014			31/12/13
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	9.612	130.754	140.366	44.185
Ajustes por itens que não afetam o caixa				
Depreciação	23.100	24.719	47.819	26.729
Amortização	11	-	11	26
Juros sobre empréstimos e financiamentos	18.430	46.817	65.247	58.772
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.662)	-	(1.662)	(1.526)
Baixa de bens do imobilizado	29	25	54	966
Provisão imposto de renda sobre JSCP	-	-	-	(940)
Varição nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(81)	5.706	5.625	(33.957)
Contas a pagar	-	(253)	(253)	-
Contas a receber de partes relacionadas	(3.584)	26.929	23.345	2.582
Impostos a recuperar	5.659	-	5.659	7.484
Despesas antecipadas e outros valores a receber	-	1.192	1.192	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	19.791
Outras variações no ativo	1.708	2.305	4.013	(1.547)
Fornecedores	6.062	-	6.062	(25.612)
Obrigações sociais	1.228	577	1.805	(416)
Obrigações fiscais	(3.063)	-	(3.063)	4.951
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.566)	(3.125)	(4.691)	(3.229)
Outras obrigações	69	(1.711)	(1.642)	4.513
Outras variações nos passivos	-	-	-	-
JSCP a pagar	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	55.952	233.935	289.887	102.772
Atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	-	(16.294)	(16.294)	(379.156)
Aquisição de bens do intangível	(1.257)	-	(1.257)	(307)
Aplicação financeira	-	-	-	(2.549)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.257)	(16.294)	(17.551)	(382.012)
Atividades de financiamento				
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(100.000)	(100.000)	61.383
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	915	915	81.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(40.213)	(34.602)	(74.815)	(41.745)
Venda antecipada de energia	-	-	-	186.994
Recebimento de venda antecipada de energia	-	(80.093)	(80.093)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(10.561)	-	(10.561)	(18.809)
Integralização de capital com AFAC	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(50.774)	(213.780)	(264.554)	268.823
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	3.921	3.861	7.782	(10.417)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	240	493	733	11.150
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.161	4.354	8.515	733

Demonstrações dos valores adicionados de operações destinadas a venda

	31/12/2014		31/12/2013	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Receitas	144.162	294.792	438.954	174.791
Receitas relativas à venda de energia	144.141	294.789	438.930	173.621
Receitas relativas a construção de ativos próprios	21	3	24	1.170
Insumos adquiridos de terceiros	(77.024)	(68.539)	(145.563)	(61.715)
Custos dos serviços vendidos	(68.139)	(62.648)	(130.787)	(54.559)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.885)	(5.887)	(14.772)	(7.156)
Outros	-	(4)	(4)	-
Valor adicionado bruto	67.138	226.253	293.391	113.076
Depreciação e amortização	(23.100)	(24.719)	(47.819)	(26.755)
Amortização	(11)	-	(11)	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	44.027	201.534	245.561	86.321
Valor adicionado recebido em transferência	1.409	500	1.909	2.970
Receitas financeiras	1.409	500	1.909	2.970
Valor adicionado total a distribuir	45.436	202.034	247.470	89.291
Distribuição do valor adicionado	45.436	202.034	247.470	89.291
Pessoal	1.863	3.573	5.436	3.264
Remuneração direta	657	2.750	3.407	2.321
Benefícios	1.107	725	1.832	755
F.G.T.S.	99	98	197	188
Impostos, taxas e contribuições	14.958	20.699	35.657	20.705
Federais	14.940	20.692	35.632	20.416
Estaduais	9	7	16	42
Municipais	9	-	9	247
Remuneração de capitais de terceiros	19.003	47.008	66.011	21.137
Juros relativos à capitais de terceiros	18.942	47.008	65.950	21.028
Aluguéis	61	-	61	109
Lucros retidos do exercício	9.612	130.754	140.366	44.185
Juros sobre capital próprio	7.628	-	7.628	6.265
Dividendos	2.283	31.054	33.337	4.135
Lucro (prejuízo) do exercício	(299)	99.700	99.401	33.785

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação das controladas Rio Verde e Rio Canoas como “Participações a Comercializar”, o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

Operações descontinuadas

Em 27 de novembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a descontinuação das atividades operacionais do segmento de cabotagem que é composto pelas empresas NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”), Maestra Navegação e Logística S.A. (“Maestra”) e Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”).

As empresas do segmento de cabotagem apresentavam alta alavancagem operacional e baixa utilização da capacidade. Considerando o atual cenário favorável para novos negócios em outros segmentos no setor de infraestrutura, a Triunfo decidiu focar seus esforços nestas oportunidades.

Os totais dos ativos e passivos das controladas Maestra, NTL e Vessel foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5). Imediatamente antes da classificação destas controladas como “Operações descontinuadas”, o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foram estimados e então constituída uma provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 130.656 (R\$ 91.015 proporcional a participação da Companhia), para que o valor contábil dos ativos registrados no grupo fosse reduzido ao seu valor justo.

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia concluiu a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) das empresas NTL – Navegação e Logística S.A., Vessel-Log Comp. Bras. de Navegação e Logística S.A. e Maestra Navegação e Logística S.A., que operavam o segmento de cabotagem. Desta forma, a participação societária dos demais acionistas foi diluída e a participação da Companhia nas empresas passou de 69,66% para 100,0%.

O reconhecimento da diferença do aumento de participação nas empresas NTL, Vessel e Maestra, tendo em vista que não houve alteração de controle, foi registrado no patrimônio líquido da Companhia conforme ICPC 09 (R1). Os efeitos da operação totalizaram o montante de R\$ 278.271, registrado como saldo redutor das reservas de lucros da Companhia.

Em dezembro de 2014, a Administração da Companhia decidiu dar início a um novo ciclo operacional para as empresas Maestra, NTL e Vessel, com um projeto de utilização destas empresas na modalidade de empresas prestadoras de serviços rodoviários.

O projeto consiste em estender o escopo das atividades destas empresas, buscando atender as necessidades das novas concessionárias de rodovia, bem como a continuidade das empresas existentes.

Atualmente as empresas concessionárias de rodovias da Triunfo possuem empresas exclusivas para a prestação de serviços, o objetivo destas empresas é fazer a prestação de serviços de operação e de conservação, permitindo assim, que a concessionária tenha uma qualidade diferenciada em seus serviços.

Nos últimos anos a Triunfo assinou novos aditivos relativos a obras rodoviárias e adquiriu novas concessões rodoviárias, desta forma, tornou-se necessária a estruturação de novas empresas para prestação de serviços, tendo como objetivo

principal gerar uma melhor qualidade nos serviços a serem entregues pelas concessionárias.

Com base nesse cenário, a partir de 31 de dezembro de 2014 os totais dos ativos e passivos das controladas Maestra, NTL e Vessel deixaram de ser apresentadas como Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas e o resultado voltou a compor o resultado consolidado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

11. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Tibagi, Rio Guaíba e Rio Bonito para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$61.940, R\$50.101 e de R\$53.895, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Controladora						
31/12/14			31/12/13			
Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
Dividendos a receber:						
Concer	43.451	-	-	181	-	-
Rio Verde	8.400	-	-	10.365	-	-
Concepa	315	-	-	386	-	-
Econorte	4.636	-	-	-	-	-
TPI-Log	-	-	-	26.678	-	-
Portonave	-	-	-	53.356	-	-
Rio Canoas	35.210	-	-	4.156	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	23.791	(3.733)	-	29.945	(3.334)
Portonave (vi)	-	405	(1.191)	-	-	-
Outros:						
Concepa	37	-	447	35	-	424
Rio Guaíba	-	31.000	-	-	-	-
Outros	-	100	-	-	1.850	-
Total do circulante	92.049	55.296	(4.477)	95.157	31.795	(2.910)
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	-	-	4.547	-	511
Maestra (iii)	-	-	1.032	32.021	-	1.995
Vetorial (iv)	303	-	32	266	-	15
Aeroportos Brasil (v)	13.418	-	2.312	38.085	-	-
Vetria Mineração	1.470	-	-	-	-	-
Act	-	-	12	-	-	-
Outros:						
Maestra	-	-	-	9.376	-	2.451
Econorte	701	-	3.013	-	-	-
Rio Tibagi	1.059	-	1.054	-	-	-
Rio Guaíba	826	-	818	-	-	-
Concepa	2.471	-	5.619	-	-	-
Rio Verde	370	-	2.109	-	-	-
Rio Canoas	3.994	-	3.947	-	-	-
TPI Log	9.559	-	-	-	-	-
Outros	3.121	-	-	5.148	-	-
Total do não circulante	37.292	-	19.948	89.443	-	4.972
Total	129.341	55.296	15.471	184.600	31.795	2.062

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desigualização da participação dos sócios.
- (iii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (v) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (vi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Os principais contratos firmados durante o ano de 2014 entre as Concessionárias de Rodovias e as empresas de serviços são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Portonave	-	-	-	53.356	-	-
TPI Log	-	-	-	26.678	-	-
Prestação de serviço:						
Compasa (Concer) (i)	-	4.333	-	-	392	-
CTSA (Econorte) (i)	-	-	-	-	6.356	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	5.856	-	-	1.247	-
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	-	-	-	-	-
Outros:						
Outros	-	161	-	-	1	-
Mútuos financeiros:						
TPI (viii)	-	405	(1.191)	-	-	-
Total do circulante	-	10.755	(1.191)	80.034	7.996	-
Prestação de serviço:						
CTSA (Econorte) (i)	11	-	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	303	-	32	266	-	15
Maestra	-	-	-	32.021	-	-
Aeroportos Brasil (vii)	13.941	-	2.312	38.641	-	-
Portonave (vi)	-	-	-	6.809	-	450
ACT	-	-	10	-	-	-
Outros:						
Vetria (iii)	24.079	-	-	12.713	-	-
Maestra	-	-	-	9.376	-	-
Outros	1.984	-	-	2.291	-	-
Total do não circulante	40.318	-	2.354	102.117	-	465
Ativo Intangível de concessão e						
Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (iv)	-	-	73.725	-	-	60.226
CTSA (Rio Canoas) (v)	-	-	-	1.999	-	-
Consórcio NSS (Concer) (iv)	-	-	-	-	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (iv)	-	-	28.228	-	-	-
Total de imobilizado/intangível	-	-	101.953	1.999	-	60.226
Total	40.318	10.755	103.116	184.150	7.996	60.691

- (i) As Concessionárias de Rodovias e a Portonave contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia por meio de sua controlada TPI Log. para a controlada em conjunto Vetria.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e estavam classificado no saldo do Ativo Imobilizado em 31/12/2013.
- (vi) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores. O saldo do mútuo foi liquidado em 30/06/2014.
- (vii) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (viii) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

12. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Gastos com apólices de seguros (i)	105	88	9.855	1.408
Outros gastos	3	5	333	243
	108	93	10.188	1.651
Parcela do circulante	108	93	6.317	1.651
Parcela do não circulante	-	-	3.871	-

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

13. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes em 31/12/14	Investimentos permanentes em 31/12/13
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Econorte	96.748	100,0%	96.748	-	96.748	95.347
Rio Tibagi	17.960	100,0%	17.960	-	17.960	12.552
Concepa	117.240	100,0%	117.240	-	117.240	97.631
Rio Guaíba	565	100,0%	565	-	565	304
Concer	314.425	62,5%	196.515	-	196.515	230.366
Rio Bonito	2.050	62,5%	1.281	-	1.281	2.090
Concebra	269.981	100,0%	269.981	-	269.981	-
Rio Parnaíba (Jahy)	-	100,0%	-	-	-	1
Convale	14.947	100,0%	14.947	(14.587)	360	360
TPI-Log	144.330	100,0%	144.330	-	144.330	743.985
Portonave (*)	753.049	33,33%	250.991	20.232	271.223	305.129
Trevally	1	100,0%	1	-	1	1
Portonaus	14.737	100,0%	14.737	-	14.737	39.337
TNE	36.862	100,0%	36.862	-	36.862	173.962
Rio Claro	8.432	100,0%	8.432	-	8.432	6.108
FIP – Constantinopla	2.900	100,0%	2.900	-	2.900	-
Aeroportos Brasil (*)	513.762	45,0%	231.193	20.820	252.013	134.904
NTL	70.893	100,0%	70.893	-	70.893	-
Santip	-	0,0%	-	-	-	1
Tijóá	2.663	0,0%	-	-	-	1
ATTT (*)	131	64,0%	84	49	133	125
Santa Cruz	20.758	100,0%	20.758	-	20.758	20.598
Terlip	27.620	50,0%	13.810	31	13.841	-
ACT	347	50,0%	174	12	186	-
Taboca	4.214	100,0%	4.214	-	4.214	1.370
Anddis	1	100,0%	1	-	1	1
Dable	1	100,0%	1	-	1	1
Tucano	8.888	100,0%	8.888	-	8.888	7.859
Retirinho	2.674	100,0%	2.674	-	2.674	1.795
Guariroba	2.865	100,0%	2.865	-	2.865	1.844
Estrela	2.707	100,0%	2.707	-	2.707	1.822
Venus	1	100,0%	1	-	1	-
Mercurio	1	100,0%	1	-	1	-
Minerva	1	100,0%	1	-	1	-
Netuno	1	100,0%	1	-	1	-
Total Investimentos	2.451.755		1.531.756	26.557	1.558.313	1.877.494
Rio Parnaíba	(1.831)	100,0%	(1.831)	-	(1.831)	-
Rio Paraíba	(401)	100,0%	(401)	-	(401)	(400)
Ecovale (*)	-	52,5%	-	(48)	(48)	(49)
Vessel	(43.134)	100,0%	(43.134)	-	(43.134)	-
Maestra	(170.537)	100,0%	(170.537)	-	(170.537)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(215.903)		(215.903)	(48)	(215.951)	(449)
Total Investimentos Líquido	2.235.852		1.315.853	26.509	1.342.362	1.877.045

(*) As controladas apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

Investimento	Consolidado – 31/12/2014	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Aeroportos Brasil (*)	252.013	11.156
Portonave (**)	391.680	35.940
Vetria (**)	10.823	(17.993)
Terlip	13.841	(31)
ACT	186	(1.337)
Tijóá	1.334	741
CSE	1.456	(547)
NTL	-	(1.075)
Vessel	-	(1.125)
Total Investimentos em controladas	671.333	25.729
Ecovale (*)	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(48)	-
Total Investimentos Líquido	671.285	25.729

(*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

(**) A partir de dezembro de 2012, os investimentos na Vetria e na Portonave nos montantes de R\$10.823 e R\$ 391.680 respectivamente, passaram a ser reconhecidos como MEP e não mais consolidado conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/13	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Ganho (Perda) no aumento de participação	Transferência (i)	Outros	Investimentos permanentes em 31/12/14	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/13
Econorte	95.347	-	20.052	(18.651)	-	-	-	96.748	32.531
Rio Tibagi	12.552	-	15.294	(9.886)	-	-	-	17.960	14.225
Concepa	97.631	-	55.493	(35.884)	-	-	-	117.240	32.762
Rio Guaíba	304	-	29.261	(29.000)	-	-	-	565	29.938
Concer	230.366	-	25.044	(58.895)	-	-	-	196.515	19.045
Rio Bonito	2.090	-	16.254	(17.063)	-	-	-	1.281	13.445
Concebra	-	260.999	8.982	-	-	-	-	269.981	-
Rio Parnaíba	1	3	(1.835)	-	-	-	-	(1.831)	-
Convale	360	22	(22)	-	-	-	-	360	(29)
Rio Paraiba	(400)	-	(1)	-	-	-	-	(401)	-
Ecovale	(49)	2	(1)	-	-	-	-	(48)	-
TPI-Log	743.985	436	(603.652)	(24.892)	-	-	28.453	144.330	7.701
Portonave	305.129	-	23.960	(57.866)	-	-	-	271.223	18.271
Trevally	1	4	(4)	-	-	-	-	1	(6)
Portonaus	39.337	8.329	(31.756)	-	-	-	(1.173)	14.737	-
TNE	173.962	(136.242)	(858)	-	-	-	-	36.862	544
Rio Canoas	-	-	130.754	-	-	(130.754)	-	-	30.276
Rio Verde	-	-	9.612	-	-	(9.612)	-	-	13.909
Rio Claro	6.108	-	2.324	-	-	-	-	8.432	6.201
FIP – Constantinopla	-	4.173	(1.273)	-	-	-	-	2.900	-
Aeroportos Brasil	134.904	105.953	11.156	-	-	-	-	252.013	19.272
Vessel (i)	-	3.320	(8.214)	-	(91.416)	46.877	6.299	(43.134)	-
Maestra (i)	-	136.665	(866)	-	(135.165)	(209.854)	38.683	(170.537)	-
NTL (i)	-	16.746	33.263	-	(51.690)	65.591	6.983	70.893	-
Santip	1	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Tijóá	1	50	34	-	-	-	(85)	-	(2)
ATTT	125	9	(1)	-	-	-	-	133	-
Juno	-	23	(23)	-	-	-	-	-	(33)
Santa Cruz	20.598	211	(51)	-	-	-	-	20.758	-
Terlip	-	13.872	(31)	-	-	-	-	13.841	(30)
ACT	-	1.523	(1.337)	-	-	-	-	186	(33)
Taboca	1.370	2.864	(20)	-	-	-	-	4.214	(23)
Anddis	1	1	(1)	-	-	-	-	1	-
Dable	1	1	(1)	-	-	-	-	1	-
Tucano	7.859	1.085	(56)	-	-	-	-	8.888	(170)
Retirinho	1.795	901	(22)	-	-	-	-	2.674	(5)
Guariroba	1.844	1.044	(23)	-	-	-	-	2.865	(23)
Estrela	1.822	906	(21)	-	-	-	-	2.707	(22)
Diana	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Venus	-	34	(33)	-	-	-	-	1	-
Mercurio	-	34	(33)	-	-	-	-	1	-
Minerva	-	34	(33)	-	-	-	-	1	-
Netuno	-	34	(33)	-	-	-	-	1	-
MaNave	-	-	-	-	-	-	-	-	(43)
Portonaus	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.012)
Vessel	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.017)
Maestra	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.840)
NTL	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.543)
Jupiter	-	-	-	-	-	-	-	-	(672)
Total	1.877.045	423.036	(268.718)	(252.137)	(278.271)	(237.752)	79.159	1.342.362	63.616

- (i) Em 31 de dezembro de 2013 os investimentos nas controladas Vessel, Maestra e NTL estão classificados como operações descontinuadas. Os saldos daquela data foram transferidos para Investimentos no exercício de 2014 devido à reversão da situação de descontinuidade das investidas em 31 de dezembro de 2014. Vide nota explicativa nº 10.

c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2014

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>	<u>Vetorial</u>	<u>TPB</u>
Caixa e equivalente de caixa	32.781	672	739	1.302	192	-
Demais contas ativo circulante	57.696	5.751	366	93.436	28.394	-
Ativo não circulante	1.603.933	10.418	46.830	192.793	16.937	70.852
Total do ativo	1.694.410	16.841	47.935	287.531	45.523	70.852
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	-	-	158.195	2.811	-
Debêntures – circulante	23.332	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	90.775	2.517	3.849	52.909	45.858	-
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	-	-	-	525	-
Debêntures – não circulante	471.818	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	355.436	18.314	38	7.881	2.568	-
Patrimônio líquido	753.049	(3.990)	44.048	68.546	(6.239)	70.852
Total do passivo e PL	1.694.410	16.841	47.935	287.531	45.523	70.852
Receita operacional líquida	342.078	28.844	68.640	-	80.321	-
Custo dos serviços prestados	(88.500)	(28.611)	(12.126)	-	(30.771)	-
Depreciação	(97.984)	(4)	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	155.594	229	56.514	-	49.550	-
Despesas operacionais líquidas	(36.541)	(2.127)	(5.321)	(12.051)	(44.054)	-
Depreciação	(7.465)	-	-	(85)	-	-
Amortização	(352)	-	-	(11)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	42.216	-	-	(4.981)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(27.080)	303	229	(93.733)	(8.052)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	126.372	(1.595)	51.422	(110.861)	(2.556)	-
Receitas financeiras	6.152	803	6	16.871	94	-
Despesas financeiras	(50.550)	(561)	(79)	(19.962)	(2.656)	-
Variação cambial, líquida	1.009	121	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(43.389)	363	(73)	(3.091)	(2.562)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	82.983	(1.232)	51.349	(113.952)	(5.118)	-
IR/CSLL						
Correntes	(34.498)	-	(7.901)	-	(260)	-
Diferidos	23.396	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	71.881	(1.232)	43.448	(113.952)	(5.378)	-

	<u>Terlip</u>	<u>ACT</u>	<u>Aeroportos</u> <u>Brasil</u>	<u>Aeroportos Brasil</u> <u>- Viracopos</u>	<u>Tijóá</u>	<u>CSE</u>
Caixa e equivalente de caixa	868	202	111	10.096	14.782	3.346
Demais contas ativo circulante	26.603	3.224	152.009	136.275	-	-
Ativo não circulante	149	210	679.485	5.980.745	-	-
Total do ativo	27.620	3.636	831.605	6.127.116	14.782	3.346
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	-	153.379	92.643	-	-
Debêntures – circulante	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	-	3.289	27.979	497.814	12.119	439
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	-	136.405	1.400.788	-	-
Debêntures – não circulante	-	-	-	344.435	-	-
Demais contas - passivo não circulante	-	-	80	2.459.129	-	-
Patrimônio líquido	27.620	347	513.762	1.332.307	2.663	2.907
Total do passivo e PL	27.620	3.636	831.605	6.127.116	14.782	3.346
Receita operacional líquida	-	-	-	1.716.842	19.530	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(1.478.051)	(16.275)	(588)
Depreciação	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	(39.930)	-	-
Lucro bruto	-	-	-	198.861	3.255	(588)
Despesas operacionais líquidas	(44)	(2.655)	(2.227)	(54.100)	(1.111)	(506)
Depreciação	-	(12)	-	(274)	-	-
Amortização	-	(6)	-	(152)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	43.785	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	(18)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(44)	(2.673)	41.540	144.335	2.144	(1.094)
Receitas financeiras	-	31	3.991	11.228	17	5
Despesas financeiras	(9)	(31)	(19.405)	(25.485)	(381)	(4)
Variação cambial, líquida	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(9)	-	(15.414)	(14.257)	(364)	1
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(53)	(2.673)	26.126	130.078	1.780	(1.093)
IR/CSLL						
Correntes	-	-	(1.333)	-	(368)	-
Diferidos	-	-	-	(44.227)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(53)	(2.673)	24.793	85.851	1.412	(1.093)

A Companhia não possui quaisquer compromissos de aporte de capital em relação às suas participações nos empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

14. Imobilizado

Custo	Consolidado									Total
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento (i)	Veículos	Embarcações	Outros	
Saldo em 31/12/2013	35.838	11.961	4.634	1.169	1.730	12.607	6.293	-	152	74.384
Construções / Aquisições	-	90	631	76	196	1.307	14.408	-	12	16.720
Baixas	-	(1.074)	(197)	(490)	(437)	(3.144)	(306)	(100.476)	(23.940)	(130.064)
Transferências	-	42	241	414	1.248	-	-	100.476	23.975	126.396
Saldo em 31/12/2014	35.838	11.019	5.309	1.169	2.737	10.770	20.395	-	199	87.436
Depreciação										
Saldo em 31/12/2013	-	(2.723)	(1.821)	(640)	(1.204)	-	(4.167)	-	(56)	(10.611)
Depreciação	-	(362)	(641)	(137)	(425)	(1)	(1.671)	-	(15)	(3.252)
Baixas	-	298	24	49	124	-	167	12.646	11.970	25.278
Transferências	-	(14)	(53)	(25)	(342)	-	-	(12.646)	(11.979)	(25.059)
Saldo em 31/12/2014	-	(2.801)	(2.491)	(753)	(1.847)	(1)	(5.671)	-	(80)	(13.644)
Valor residual líquido										
Saldo em 31/12/2013	35.838	9.238	2.813	529	526	12.607	2.126	-	96	63.773
Saldo em 31/12/2014	35.838	8.218	2.818	416	890	10.769	14.724	-	119	73.792
Taxas de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	-	10%	

(i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

15. Intangível

Controladora

Custo	Ágio na aquisição								Total Controladora
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)	Portonave (ii)	FIP Constantinopla	Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	
Saldo em 31/12/2013	41.476	114	267	4.028	78.448	-	51.318	770	176.421
Adições	-	-	-	-	-	6.452	32.119	149	38.720
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.052)	-	(1.052)
Transferência	-	-	-	-	-	-	(37.687)	-	(37.687)
Saldo em 31/12/2014	41.476	114	267	4.028	78.448	6.452	44.698	919	176.402
Amortização									
Saldo em 31/12/2013	(22.928)	-	(134)	-	-	-	(87)	(389)	(23.538)
Amortização	(2.354)	-	(38)	-	-	-	(208)	(135)	(2.735)
Saldo em 31/12/2014	(25.282)	-	(172)	-	-	-	(295)	(524)	(26.273)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2013	18.548	114	133	4.028	78.448	-	51.231	381	152.883
Saldo em 31/12/2014	16.194	114	95	4.028	78.448	6.452	44.403	395	150.129
Taxa de amortização	0,63%	-	0,95%	-	-	-	-	20%	-

Consolidado

Custo	Ativos de			Total
	Total Controladora	Concessão de Rodovias (v)	Outros Intangíveis (vi)	
Saldo em 31/12/2013	176.421	2.395.364	42.021	2.613.806
Adições	38.720	924.923	6.850	970.493
Baixas	(1.052)	(542)	(6.363)	(7.957)
Transferência	(37.687)	-	(16.692)	(54.379)
Saldo em 31/12/2014	176.402	3.319.745	25.816	3.521.963
Amortização				
Saldo em 31/12/2013	(23.538)	(1.094.806)	(4.723)	(1.123.067)
Amortização	(2.735)	(145.876)	(185)	(148.796)
Amortização – mais valia	-	(54.731)	-	(54.731)
Baixas	-	(1.058)	4.560	3.502
Transferência	-	-	(332)	(332)
Saldo em 31/12/2014	(26.273)	(1.296.471)	(680)	(1.323.424)
Valor residual líquido				
Saldo em 31/12/2013	152.883	1.300.558	37.298	1.490.739
Saldo em 31/12/2014	150.129	2.023.274	25.136	2.198.539
Taxa de amortização	-	4 a 5%(*)	-	-

(*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

- Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (R\$20.207 valor proporcional à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.
- Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.
- Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com a controlada Moss, que são parte do custo de desenvolvimento de novos ativos a serem amortizados quando estes entrarem em operação.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2015 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

16. Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concer e Concebra registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Econorte	26.539	33.363
Concer	598	598
Concebra	61.994	-
	89.131	33.961
Parcela do circulante	9.786	12.731
Parcela do não circulante	79.345	21.230

17. Empréstimos e financiamentos

			Consolidado	
Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	31/12/14	31/12/13
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	13.777	18.313
Conta garantida – Santander	Não há	126,5% do CDI	50.000	34.200
Conta garantida – Banco do Brasil	Não há	CDI + 2,3798% a.a.	30.000	30.000
Conta garantida – Banco Safra	Não há	CDI + 3,307184% a.a.	10.000	-
Concepa:				
Conta garantida – Banco Santander	Não há	121,5% do CDI	-	34.845
Concer:				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Fiança da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	5.214	6.905
FINAME – Banco Santander- imobilizado	Alienação fiduciária	7,0% a.a.	-	558
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Nota promissória e alienação fiduciária	16,7652% a.a.	2.738	1.324
Banco BTG	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,00% a.a.	50.000	-
Conta garantida – Banco Santander	Não há	118,0% do CDI	50.455	25.044
Conta garantida – Banco Itaú	Aval da Companhia (Triunfo)	118,5% do CDI	25.000	10.000
Conta garantida – Banco do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,465% a.a.	50.000	-
FINAME - Banco Mercedes Bens	Alienação fiduciária	4,5 % a.a	3.995	-
Cédula de crédito bancário – Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,0% a.a.	28.500	-
FINAME – Banco Guanabara	Notas promissórias	19,56% a.a.	5.057	-
FINAME – Banco ABC do Brasil	Notas promissórias	6,0% a.a.	1.044	-
Cédula de crédito bancário – Banco Pine	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 4,032% a.a.	60.000	-
Conta garantida – Banco ABC do Brasil	Não há	CDI + 3,4% a.a.	60.335	-
Econorte:				
Conta garantida – Santander	Não há	121,0% do CDI	121.070	58.300
Rio Guaíba:				
Financiamento de imobilizado – Banco Volkswagen	Aval da Companhia (Triunfo)	13% a.a.	21	44
Rio Tibagi:				
Conta garantida – Banco do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,416% a.a.	900	-
Rio Parnaíba:				
Arrendamento Mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária	14,98% a.a.	1.330	-
FINAME – BNDES	Alienação fiduciária	6,0% a.a.	8.647	-
Concebra:				
Empréstimo ponte – BNDES	Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP + 2% a.a.	304.302	-
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	99	152
FINAME – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 7% a.a.	73	217
FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária	De 5,5% a 11,7% a.a.	352	541
CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	-	37
CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia (Triunfo)	14,44% a.a.	76	113
Maestra:				
Conta garantida – Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	126,5% do CDI	45.053	-
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Não há	IPCA + 6,05% a.a.	3.793	-
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,66% a.a.	40.117	-
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,66% a.a.	16.398	-
Cédula de crédito bancário – Banco Original	Aval da Companhia (Triunfo) e da Rio Guaiba	133% do CDI	20.011	-
Cédula de crédito bancário – Banco Indusval	Aval da Companhia (Triunfo), da Vessel e da NTL	IPCA + 6,0% a.a	4.317	-
NTL:				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Alienação fiduciária, Carta fiança e Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP +4,16% a.a.	14.845	-
			1.027.519	220.593
Parcela do circulante			697.684	199.804
Parcela do não circulante			329.835	20.784

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2014, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	4.451	315.768
2017	4.451	9.715
2018	372	3.460
Após 2018	-	892
	9.274	329.835

18. Notas Promissórias

Em 21 de janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476.

Foram emitidas 260 (duzentas e sessenta) Notas Promissórias Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão cada, totalizando a captação de R\$ 260,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias.

Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para a integralização do capital social obrigatório da CONCEBRA – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A..

As notas promissórias da segunda emissão foram integralmente amortizadas em 21 de julho de 2014.

Em 18 de julho de 2014, a Companhia realizou a 3ª emissão de notas promissórias comerciais para o pagamento de parte das notas promissórias da 2ª emissão.

Foram emitidas 160 (cento e sessenta) Notas Promissórias Comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão cada, totalizando a captação de R\$ 160,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. As Notas Promissórias Comerciais serão remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,50% a.a..

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 é de R\$169.874, e foi integralmente amortizado em janeiro de 2015.

19. Debêntures

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Triunfo (controladora)	748.493	706.177
Concepa	310.221	136.874
Econorte	77.543	91.603
Concer	196.735	195.671
Vessel	121.228	-
	1.454.220	1.130.325
Parcela do circulante	214.701	68.798
Parcela do não circulante	1.239.519	1.061.527

a) Triunfo

3ª Emissão

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$222.819 e R\$211.308, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 9,11%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização cujo início ocorreu em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.666 e R\$3.539 em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

4ª Emissão

Em 23 de outubro de 2012, foram emitidas 47.250 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries, com valor nominal total de R\$472.500.

As debêntures da primeira série serão amortizadas em três parcelas anuais iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2015 e as debêntures da segunda série serão amortizadas em duas parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2016. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são R\$525.674 e R\$494.869 respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures da 1ª série não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,20% ao ano.

As debêntures da 2ª série são atualizadas monetariamente, a partir da data de emissão pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios de 8,5% que serão pagos anualmente a partir da emissão.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$13.230 e R\$14.294 em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

b) Concepa

5ª Emissão

Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$101.977 e R\$136.874, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento efetuado em 1º de setembro de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.624 e R\$2.598 em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 respectivamente.

6ª Emissão

Em 24 de novembro de 2014, foram emitidas 210 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$210.000, e prazo de vencimento de dezoito meses a contar da data da emissão. A amortização será de 2,3% em 24/01/2016, 6,9% em 24/04/2016 e o restante em 24/05/2016. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$208.244.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 2,50% ao ano. A remuneração é paga mensalmente a partir da data de emissão das debêntures, sendo que o primeiro pagamento foi efetuado em 24 de dezembro de 2014 e o último será devido na data de vencimento das debêntures.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representa o montante de R\$2.327.

c) Econorte

2ª Emissão

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 meses, vencendo em 10 de

maio de 2017. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$77.543 e R\$91.603, respectivamente.

As debêntures serão pagas em 12 parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$763 e R\$1.089 em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, a controlada Econorte constitui uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5.

d) Concer

1ª Emissão

Em 12 de julho de 2013 foram emitidas 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$200.000, amortizadas em três parcelas anuais iguais. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$196.735 e R\$195.671, respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$4.198 e R\$5.327 em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

e) Vessel

1ª Emissão

Em 21 de setembro de 2012, foi aprovada a emissão de 145.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries, no valor total de R\$ 145.000. O prazo de vencimento é de 5 anos a contar da data de emissão com um ano de carência. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor é de R\$121.228.

As debêntures são atualizadas pela variação do IPCA e farão jus à remuneração com incidência de juros, correspondente a um percentual ao ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a 7,60% a.a. O pagamento da remuneração ocorre trimestralmente desde dezembro de 2012.

Os gastos de emissão das debêntures são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.459 em 31 de dezembro de 2014.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014, com vencimento até o ano 2018, e está assim distribuída:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	328.896	768.866
2017	272.038	351.578
2018	53.808	119.075
	654.742	1.239.519

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações estão demonstradas a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Triunfo	3ª Emissão	22/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 8,65%	IPCA + 9,57%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	80.660	(4.123)	76.537	CDI+2,20%	CDI+3,48%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	391.840	(20.028)	371.812	IPCA+8,5%	IPCA+9,64%
Concepa	5ª Emissão	10/02/2012	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%
Concepa	6ª Emissão	24/11/2014	210.000	(2.327)	207.673	CDI + 2,50%	CDI + 3,24%
Econorte	2ª Emissão	10/05/2011	120.000	(1.800)	118.200	CDI + 2,90%	CDI + 3,30%
Vessel	1ª Emissão	21/09/2012	145.000	(2.432)	142.568	IPCA + 7,60%	IPCA + 8,05%
Concer	1ª Emissão	12/07/2013	200.000	(5.689)	194.311	IPCA + 2,10%	IPCA + 2,73%
			1.487.500	(45.669)	1.441.831		

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

Emissora	Custos de transação	Saldo amortizado	Saldo a amortizar
Triunfo	(4.950)	629	(4.321)
Triunfo	(4.123)	1.688	(2.435)
Triunfo	(20.028)	8.198	(11.830)
Concepa	(4.320)	1.993	(2.327)
Concepa	(2.327)	704	(1.623)
Econorte	(1.800)	1.037	(763)
Vessel	(2.432)	973	(1.459)
Concer	(5.689)	1.491	(4.198)
	(45.669)	16.713	(28.956)

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
2015	6.269	11.656
2016	6.269	9.197
2017	5.429	6.700
A partir de 2020	619	1.403
	18.586	28.956

20. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	2.063	3.063
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	4.414	9.199
Imposto de Renda Retido na Fonte	235	30	1.200	539
Cofins	181	25	3.964	2.332
PIS	39	6	1.339	1.234
INSS	-	-	406	161
Imposto Sobre Serviços	-	-	7.113	4.723
Imposto sobre Operações Financeiras	-	317	-	261
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	-	62	42	563
ICMS	44	-	14.446	-
Outros impostos e contribuições	56	-	5.980	269
	555	440	40.967	22.344
Parcela do circulante	555	440	37.646	20.501
Parcela do não circulante	-	-	3.321	1.843

21. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	31/12/14	31/12/13
Triunfo	566.571	432.838
	566.571	432.838

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Reserva de reavaliação	116.844	119.944
Receita de construção – Aditivo	15.822	-
Sobre custo financeiro	525	-
Estorno de amortizações – ICPC 01	63.634	54.366
	196.825	174.310

22. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Aquisição de direito de exploração de superfície	3.250	3.250	3.250	3.250
Aquisição de investimento na Moss	-	-	-	1.000
	3.250	3.250	3.250	4.250
Parcela do circulante	-	-	-	1.000
Parcela do não circulante	3.250	3.250	3.250	3.250

a) Aquisição de direito de exploração de superfície

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

23. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagou R\$7.942 à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e será corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Receita recebida antecipadamente	9.332	12.583
(-) Receita apropriada ao resultado	(68)	(1.713)
	9.264	10.870

24. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base na opinião de seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	31/12/13	Complemento	Pagamentos	31/12/14
Processos cíveis	1.306	103	(492)	917
Processos trabalhistas	2.417	54	(606)	1.865
Total provisão	3.723	157	(1.098)	2.782

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$12.740 e R\$20.785 em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

a) Litígio sobre a concessão na Econorte

A Econorte é empresa concessionária de rodovias do Lote nº 1 do Anel de Integração do Paraná, vencedora do certame licitatório resultante da concorrência pública internacional, para a outorga de concessão de segmentos rodoviários do Estado do Paraná. A anterior administração do Governo do Estado do Paraná perpetuou diversos atos para buscar a redução, suprimir

e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais.

Desde então, o Poder Público Estadual adotou diversas medidas contra as concessões rodoviárias do Estado, sendo que as principais partem para a encampação das concessões, desapropriações das ações de controle, caducidade dos contratos, negativa retórica da aplicação dos reajustes anuais das tarifas de pedágio, tentativa de buscar a nulidade dos aditivos contratuais, descon siderações das disposições contratuais, além de outras medidas levadas a efeito pela administração pública.

A Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, buscou a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores.

Adicionalmente, em 2008, a Econorte, em cumprimento das decisões judiciais prolatadas pela Justiça Federal de Jacarezinho (PR), teve suas atividades parcialmente suspensas dentro do âmbito da jurisdição da referida Justiça. Em dezembro do mesmo ano, a Concessionária retomou a integralidade dos serviços concessionados, com base na decisão favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, mantendo incólume a concessão de que é titular.

Em 02 de março de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento unânime, confirmou a decisão monocrática proferida no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, assegurando a incolumidade do Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos.

A Econorte busca, por meio de ações judiciais, o reconhecimento em seu favor de eventos que causaram o desequilíbrio do contrato de concessão, que não foram reconhecidos pela anterior Administração do Estado. Caso julgados procedentes, tais eventos conduzirão ao direito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, seja pelo aumento da tarifa ou pela redução no montante dos investimentos ou ainda pelo aumento no prazo da concessão, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

Em 31 de dezembro de 2014, a Econorte representava aproximadamente 6% do total dos investimentos da Triunfo e 24,6% das receitas operacionais líquidas consolidadas.

b) Suspensão do contrato de concessão da Ecovale

A controlada Ecovale teve o contrato suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ("TCE/SC"). O Tribunal de Contas da União ("TCU") acatou a sugestão do TCE catarinense de anular o processo licitatório e, por conseguinte, o contrato de concessão da Ecovale firmado no âmbito desse processo. A concessionária impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal – STF contra ato do TCU, requerendo a concessão de medida liminar, a fim de sustar o ato impugnado até o julgamento final do pedido.

Em relação às possibilidades de êxito, a Administração da Ecovale, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera possíveis as chances de insucesso.

Por se tratar de sociedade em fase pré-operacional, a Ecovale não possui receitas operacionais e, portanto, o desfecho desfavorável dessa ação não impactaria as operações da Companhia.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado de R\$ 842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Até 31 de dezembro de 2014, já foram subscritas e integralizadas 92.575.734 destas ações.

Em 23 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$11,00 por ação, totalizando um aumento de R\$330.000, homologado através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2013, passando a ser representado por 176.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$842.979.

b) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

d) Lucro (Prejuízo) por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação, considerando o resultado atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(430.184)	(67.534)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	176.000.000	176.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	2.000.000	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(1.997.569)	(1.643.614)
Resultado por ação – básico	(2,44423)	(0,38372)
Resultado por ação – diluído	(2,44419)	(0,38294)

Conforme nota explicativa nº 26, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

e) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O lucro líquido do exercício é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do exercício.

	31/12/14	31/12/13
Prejuízo líquido	(430.184)	(67.534)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	22.119	25.213
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	34.263	31.052
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	(373.802)	(11.269)
(-) Reserva Legal	-	-
(+) Reserva de retenção de lucros anos anteriores	109.165	183.134
(+) Reversão de reserva de Lucros a Realizar Vetria	480.971	-
(-) Distribuição de dividendos Intermediários	-	(62.700)
Saldo à disposição dos acionistas	216.334	109.165

f) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

g) Reserva de Lucros a Realizar

O montante de R\$480.971 registrado na rubrica de Reserva de Lucros a realizar que havia sido constituído em dezembro de 2012 com base na reversão da mais valia referente a aquisição dos 12% da participação na Santa Rita no montante de R\$12.091 somado ao ganho de capital na variação de participação na constituição da Vetria no montante de R\$518.376, foi integralmente realizado em 31 de dezembro de 2014 devido a decisão de descontinuidade da controlada em conjunto Vetria.

Em decorrência desta decisão a Companhia reconheceu um efeito negativo no montante de R\$615.535 diretamente no resultado do exercício, segregado em R\$597.542 sob a rubrica de outras despesas, e R\$ 17.993 sob a rubrica de resultado de equivalência patrimonial, conforme a nota explicativa nº 1 a) iv).

Após apuração do resultado do exercício foi revertido o montante de R\$480.971 registrado na rubrica de “Reserva de lucros a realizar” conforme descrito acima.

26. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
		Reapresentado
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	694.920	643.841
Operação de carga própria – porto	-	9.446
Operação de energia	27.087	47.937
Construção de ativos das concessões de rodovia	1.069.598	206.917
Outros	8.039	10.587
	1.799.644	918.728
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(71.453)	(75.686)
	1.728.191	843.042

27. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

Anualmente, a partir da data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembleia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Controladora e consolidado			
	31/12/14		31/12/13	
	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$
Saldo no início do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	-	-	-	-
Saldo no final do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00

	Controladora e consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Ações exercíveis	2.000.000	2.000.000
Prazo de vida útil (anos)	4	4
Preço médio ponderado – R\$	9,00	9,00

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	1 de maio de 2012	1 de maio de 2011	1 de maio de 2010	23 de setembro de 2009
Taxa de juros livre de risco	9,00%	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	29,73%	24,54%	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$ 4,1865, R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$688, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$597 em 31 de dezembro de 2013 e despesa com pessoal no montante de R\$91 em 31 de dezembro de 2013. As despesas referentes à remuneração baseada em ações foram totalmente reconhecidas até 31 de dezembro de 2013 não restando saldos a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2014.

28. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura						Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros	
Econorte	10.000	76.082	3.000	-	93.903	-	182.985
Concer	14.922	25.000	10.312	-	14.922	324	65.480
Concepa	4.000	30.039	6.921	-	23.357	6.400	70.717
Rio Verde	10.000	385.496	-	-	-	-	395.496
Rio Canoas	20.000	917.131	-	-	-	-	937.131
Portonave	-	-	-	10.000	-	-	10.000
Aeroportos Brasil - Viracopos	40.000	988.870	1.081.255	20.000	804.890	325	2.935.340
Tijoa	20.000	-	60.000	-	-	-	80.000
TPI	-	-	-	40.000	200.077	7.000	247.077
Total R\$	118.922	2.422.618	1.161.488	70.000	1.137.149	14.049	4.924.226
Portonave	-	171.311	-	-	-	-	171.311
Aeroportos Brasil - Viracopos	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Total US\$	500.000	171.311	-	-	-	-	671.311

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

29. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2014 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$13.924.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 27, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente.

Até 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$10.432 (R\$13.317 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e de R\$21.194 (R\$20.436 em 31 de dezembro de 2013 Reapresentado) no consolidado respectivamente.

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

	Controladora	
	31/12/14	31/12/2013
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró labore	5.899	4.723
Benefícios diretos e indiretos	145	284
Participações nos resultados	4.388	7.713
Plano de opções de compra de ações	-	597
	10.432	13.317

30. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(430.184)	183.819	46.711	(340.398)	(540.052)
IRPJ e CSLL correntes	-	(32.517)	(9.025)	-	(41.542)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(26.704)	-	-	(26.704)
Total de IRPJ e CSLL	-	(59.221)	(9.025)	-	(68.246)
Alíquota efetiva	0%	32%	19%		

	31/12/2013				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(67.534)	131.374	75.629	2.267	141.736
IRPJ e CSLL correntes	-	(49.680)	(7.752)	-	(57.432)
IRPJ e CSLL diferidos	-	14.572	-	-	14.572
Total de IRPJ e CSLL	-	(35.108)	(7.752)	-	(42.860)
Alíquota efetiva	0%	27%	10%		

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo

valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e optou pela não antecipação de seus efeitos, que deveriam ser manifestados na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Sendo assim a adoção, obrigatória, ocorrerá no exercício de 2015.

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/2013 Reapresentado
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	2.750	4.493	9.213	5.456
Juros recebidos	4.297	-	4.460	-
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	-	14.065	3.975	14.156
Outros juros e descontos obtidos	720	380	2.437	574
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(108.133)	(99.721)	(146.250)	(112.942)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(36.251)	(12.240)	(138.230)	(34.350)
Outros juros, multas e atualizações	(17.765)	(4.601)	(31.570)	(21.261)
Impostos sobre operações financeiras	(1.912)	(893)	(1.912)	(1.858)
Resultado financeiro	(156.294)	(98.517)	(297.877)	(150.225)

32. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	188.209	50.668	188.209	50.668
Aplicações financeiras vinculadas	68	74	68	74
Contas a receber, líquidas	63.310	59.327	63.310	59.327
Impostos a recuperar	35.963	14.769	35.963	14.769
Depósitos judiciais	3.163	2.857	3.163	2.857
Total	290.713	127.695	290.713	127.695
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.027.519	220.593	1.027.519	220.593
Debêntures e prêmio de não conversão	1.454.220	1.130.325	1.454.220	1.130.325
Notas Promissórias	169.874	-	169.874	-
Fornecedores	65.047	27.946	65.047	27.946
Salários, provisões e contribuições sociais	17.204	10.011	17.204	10.011
Dividendos	26.070	109	26.070	109
Impostos a pagar	40.967	22.344	40.967	22.344
Arrendamento mercantil	1.694	34	1.694	34
Contratos de aquisição de ativos	3.250	4.250	3.250	4.250
Total	2.805.845	1.415.612	2.805.845	1.415.612

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures teve o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o período de 2014, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,50% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	12,50%	9,38%	6,25%
Triunfo (Controladora)	CDI	-	-	-
Econorte	CDI	9	6	4
Concebra	CDI	3.581	2.686	1.791
Concer	CDI	252	189	126
R\$30.729 (**)		3.842	2.881	1.921

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de dezembro de 2014 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2014, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2014 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
3ª Emissão Notas Promissórias	CDI	21.234	26.543	31.851
R\$169.874 (**)		21.234	26.543	31.851
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	14.260	17.826	21.391
4ª Emissão de Debêntures	CDI	65.709	82.136	98.564
R\$748.493 (**)		79.969	99.962	119.955
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	12,50%	15,63%	18,75%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	6,40%	8,00%	9,60%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de dezembro de 2014

Triunfo (Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Conta garantida Santander - Econorte	CDI	15.134	18.917	22.701
Finame Imobilizado Banco Bradesco – Rio Bonito	TJLP	4	5	6
Finame Imobilizado Banco Santander - Rio Bonito	TJLP	19	24	29
Empréstimo BNDES - Concebra	TJLP	16.737	20.921	25.105
Conta garantida Banco do Brasil - Rio Tibagi	CDI	113	141	169
Conta garantida Banco Santander – Triunfo	CDI	6.250	7.813	9.375
Conta garantida Banco Safra – Triunfo	CDI	1.250	1.563	1.875
Conta garantida Banco do Brasil – Triunfo	CDI	3.750	4.688	5.625
Notas promissórias – Triunfo	CDI	21.234	26.543	31.851
Conta garantida Banco ABC do Brasil – Concer	CDI	7.542	9.427	11.313
CCB Banco Pine – Concer	CDI	7.500	9.375	11.250
Conta Garantida – Banco Santander - Concer	CDI	6.307	7.884	9.460
CCB Banco Pan – Concer	CDI	3.563	4.453	5.344
Conta Garantida Banco Itaú – Concer	CDI	3.125	3.906	4.688
CCB Banco BTG – Concer	CDI	6.250	7.813	9.375
Conta garantida Banco do Brasil – Concer	CDI	6.250	7.813	9.375
Conta garantida Banco Santander - Maestra	CDI	5.632	7.040	8.447
Conta garantida Banco ABC – Maestra	IPCA	243	303	364
CCB Banco ABC – Maestra	CDI	7.064	8.830	10.597
CCB Banco Original - Maestra	CDI	2.501	3.127	3.752
CCB Banco Indusval & Partners - Maestra	CDI	276	345	414
CCB Banco Safra - NTL	CDI	1	1	1
Financiamento Imobilizado BNDES - NTL	TJLP	816	1.020	1.224
R\$1.155.395 (**)		121.561	151.952	182.340
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IPCA	14.260	17.826	21.391
Debêntures-Triunfo (Controladora)	CDI	65.709	82.136	98.564
Debêntures – Econorte	CDI	9.693	12.116	14.539
Debêntures – Concebra	CDI	38.778	48.472	58.166
Debêntures – Concer	CDI	24.592	30.740	36.888
Debêntures – Vessel	IPCA	7.759	9.698	11.638
R\$1.454.220 (**)		160.791	200.988	241.186
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	12,50%	15,63%	18,75%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	5,54%	6,93%	8,31%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	5,50%	6,88%	8,25%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	6,40%	8,00%	9,60%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de dezembro de 2014

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

No segmento de energia, as vendas são garantidas e asseguradas pelo poder concedente.

c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

No segmento de energia, eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos de venda terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE) após a alocação ao MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

As atividades do segmento de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	103.777	82.513	1.027.519	220.593
Debêntures (Nota 19)	748.493	706.177	1.454.220	1.130.325
Notas promissórias (Nota 18)	169.874	-	169.874	-
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(92.144)	(36.108)	(188.209)	(50.668)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	-	(68)	(74)
Dívida líquida	930.000	752.582	2.463.336	1.300.176
Patrimônio líquido	1.315.140	2.000.097	1.433.816	2.139.588
Total do capital	2.245.140	2.752.679	3.897.152	3.439.764
Índice de alavancagem financeira - %	41,42	27,34	63,21	37,80

33. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em sete segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, administração de aeroportos, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Concebra, Rio Parnaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;
- Administração de portos: TPI-Log, Portonauas, Trevally, Terlip, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Energia: As controladas Rio Verde, Rio Canoas, Rio Claro, TNE, FIP Constantinopla, Tijoá e CSE;
- Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos.
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Rio Dourado, ACT, Venus, Netuno, Mercurio, Minerva, Vessel, NTL, Maestra, Juno e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/12/2014							
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Operações em continuidade								
Receita operacional líquida	1.701.990	-	-	285.678	-	-	(259.477)	1.728.191
Custos dos serviços prestados	(1.279.664)	-	-	(281.026)	-	-	259.477	(1.301.213)
Lucro bruto	422.326	-	-	4.652	-	-	-	426.978
Receitas (Despesas) operacionais	(75.793)	(635.459)	-	(2.574)	18.264	(273.890)	300.299	(669.153)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	346.533	(635.459)	-	2.078	18.264	(273.890)	300.299	(242.175)
Resultado financeiro	(86.417)	-	-	(455)	(54.711)	(156.294)	-	(297.877)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	260.116	(635.459)	-	1.623	(36.447)	(430.184)	300.299	(540.052)
Imposto de renda e contribuição social	(66.816)	-	-	(1.430)	-	-	-	(68.246)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	193.300	(635.459)	-	193	(36.447)	(430.184)	300.299	(608.298)
Operações mantidas a venda								
Lucro após o imposto do exercício resultante de participações a comercializar	-	-	-	-	-	-	140.366	140.366
Lucro (prejuízo) líquido do exercício antes da participação de acionistas não controladores	193.300	(635.459)	-	193	(36.447)	(430.184)	440.665	(467.932)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	37.748	37.748
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	193.300	(635.459)	-	193	(36.447)	(430.184)	478.413	(430.184)
Ativos totais por segmento	2.688.543	189.384	-	128.843	201.831	2.622.689	(336.318)	5.494.972
Passivos totais por segmento	1.856.859	9.559	-	80.649	323.123	1.307.549	(374.768)	3.202.971

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

	31/12/2013 (Reapresentado)							
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Operações em continuidade								
Receita operacional líquida	793.521	8.047	-	66.910	-	-	(25.436)	843.042
Custos dos serviços prestados	(493.256)	(9.153)	-	(57.462)	-	-	46.144	(513.727)
Lucro bruto	300.265	(1.106)	-	9.448	-	-	20.708	329.315
Receitas (Despesas) operacionais	(45.644)	5.081	(6)	(1.353)	(342)	30.983	(26.073)	(37.354)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	254.621	3.975	(6)	8.095	(342)	30.983	(5.365)	291.961
Resultado financeiro	(51.725)	(8)	-	25	-	(98.517)	-	(150.225)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	202.896	3.967	(6)	8.120	(342)	(67.534)	(5.365)	141.736
Imposto de renda e contribuição social	(41.485)	-	-	(1.375)	-	-	-	(42.860)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	161.411	3.967	(6)	6.745	(342)	(67.534)	(5.365)	98.876
Operações mantidas a venda								
Lucro após o imposto do exercício resultante de participações a comercializar	-	-	-	-	-	-	(146.923)	(146.923)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício antes da participação de acionistas não controladores	161.411	3.967	(6)	6.745	(342)	(67.534)	(152.288)	(48.047)
Participação de acionistas não controladores	-	7	-	-	-	-	(19.494)	(19.487)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	161.411	3.974	(6)	6.745	(342)	(67.534)	(171.782)	(67.534)
Ativos totais por segmento	1.439.601	833.499	1	213.490	14.830	2.932.541	(456.271)	4.977.691
Passivos totais por segmento	847.269	29.561	-	33.420	10	932.444	(185.294)	1.657.410

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, Vetorial, ACT, Aeroportos Brasil, Aeroportos Brasil Viracopos, Terlip, Tijoá, e CSE não foram consolidadas pela companhia.

34. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2014	235.317
2015 a 2021	44.955
	<u>280.272</u>

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/14	31/12/13
Receita de construção	409.043	102.085
Custo de construção	(344.084)	(102.085)
	<u>64.959</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2015	12.265
2016	174
2017	174
2018	87
	<u>12.700</u>

Até 31 de dezembro de 2014, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

Ano	Valor
2015	142
2016	478
2017	510
2018	317
	<u>1.447</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/14	31/12/13
Receita de construção	142.413	37.450
Custo de construção	(106.745)	(37.450)
	<u>35.668</u>	<u>-</u>

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 31 de dezembro de 2014, estão previstos investimentos no montante de R\$424.271.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Ano	Valor
2015	17.474
2016	20.426
2017	32.894
2018	38.657
Após 2019	314.820
	<u>424.271</u>

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/14	31/12/13
Receita de construção	89.780	67.382
Custo de construção	(89.780)	(67.382)
	<u>-</u>	<u>-</u>

d) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão.

e) Concebra

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2015	587.296
2016	561.434
2017	686.922
2018	1.035.926
2019	1.269.404
2020 até 2044	4.671.906
	<u>8.812.888</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/14
Receita de construção	428.362
Custo de construção	(417.494)
	<u>10.868</u>

35. Arrendamento mercantil

A controlada Concebra contratou arrendamentos mercantis financeiros para aquisição de veículos para operação na concessão. Os bens foram registrados como ativo intangível e estão sendo depreciados pelo prazo de vida útil.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

Em 31 de dezembro de 2014, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

Prazo	31/12/2014	
	Consolidado	
	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	674	632
Após um ano, mas menos de 5 anos	1.020	837
	<u>1.694</u>	<u>1.469</u>

36. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$912 (R\$2.860 no consolidado) e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$1.498 (R\$ 3.483 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de dezembro de 2014 é de 925 participantes.

37. Eventos subsequentes

a) Companhia – Conclusão da aquisição Rodovia Transbrasiliana

Em 05 de janeiro de 2015 a companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas da empresa BR Vias Holding TBR S.A. ("TBR"), detentora de 100% do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana"), pelo valor de R\$ 22,4 milhões.

A Triunfo Transbrasiliana passa a ser responsável pela administração da concessão do trecho de 321,6 quilômetros da BR-153, entre a divisa do estado de São Paulo e Minas Gerais até a divisa de São Paulo com o Paraná. A concessão tem prazo de 25 anos, iniciado em fevereiro de 2008, faz parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo Federal e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

O trecho adquirido forma um importante corredor rodoviário, com extensão de 1.840,0 quilômetros, integrando as concessões da Triunfo Concebra e Triunfo Econorte.

b) Concer - 2ª Emissão de Notas Promissórias

Em 21 de janeiro de 2015 a Concer, concluiu a captação no valor de R\$350 milhões, através da 2ª Emissão de Notas Promissórias. A emissão será corrigida por CDI mais um spread de 2,0% a.a. com prazo de vencimento de 180 dias. Os recursos serão utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040.

c) Portonave – Adesão à Nova Lei dos Portos

Em 27 de janeiro de 2015, a investida Portonave assinou o contrato de adesão à Nova Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013) junto à ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

A Portonave fica autorizada a explorar a instalação portuária na modalidade Terminal de Uso Privado com movimentação e armazenagem de carga geral e carga containerizada. A área autorizada para exploração da instalação portuária corresponde a 597.565,00 metros quadrados.

A autorização do terminal terá vigência por 25 anos contados da data de assinatura do contrato de adesão, prorrogável por períodos sucessivos mediante a manutenção da atividade pela autorizada e realização dos investimentos necessários à expansão e modernização das instalações portuárias.
